

AGRICULTURA E RECURSOS AGRO-ALIMENTARES



ÍNDICE

	pág.
5. AGRICULTURA E RECURSOS AGRO-ALIMENTARES	15
5.1. A importância Económica do Sector no Contexto Internacional – Breve Caracterização e principais tendências	15
5.2. Comércio internacional	18
5.3. Importância económica do sector no país e na região	26
5.3.1. <i>Dimensão económica</i>	26
5.3.2. <i>Qualificações dos Recursos Humanos do sector da agricultura e recursos agro-alimentares</i>	29
5.4. Caracterização, diagnóstico e perspectivas de evolução do sector no Alentejo	35
5.4.1. <i>Agricultura – caracterização do sector</i>	35
5.4.2. <i>Agro-Indústria – Caracterização do sector</i>	39
5.4.3. <i>Padrões de especialização na Agricultura e na Agro-Indústria</i>	42
5.4.4. <i>Principais tendências nos sectores da agricultura e agro-alimentar</i>	51
5.5. Análise das Relações Intersectoriais numa óptica de cadeia de valor	53
5.6. A Inovação no Sector: infraestruturas de suporte e identificação de necessidades competitivas	62
5.7. Análise SWOT do Sector Agrícola e Recursos Agro-Alimentares: Sistematização da situação actual e configuração dos principais desafios	70

ÍNDICE DE QUADROS

	pág.
Quadro 5-1: Importância da Agricultura nas três principais regiões mundiais	16
Quadro 5-2: Evolução da Agricultura na UE15	16
Quadro 5-3: Estrutura das importações portuguesas do sector agrícola e recursos agro-alimentares por produtos	20
Quadro 5-4: Estrutura das exportações portuguesas do sector agrícola e recursos agro-alimentares por produtos	21
Quadro 5-5: Peso das importações dos produtos do sector agrícola e recursos agro-alimentares na estrutura de importações total da região do Alentejo	25
Quadro 5-6: Peso das exportações dos produtos do sector agrícola e recursos agro-alimentares na estrutura de exportações total da região do Alentejo	26
Quadro 5-7: O Peso da Agricultura nas NUTS III do Alentejo (% emprego do sector)	28
Quadro 5-8: O Peso das Indústrias Agro-Alimentares nas NUTS III do Alentejo (% emprego do sector)	28
Quadro 5-9: Estrutura habilitações na região do Alentejo e no país	31
Quadro 5-10: Estrutura qualificações na região do Alentejo e no país	33
Quadro 5-11: Indicadores Seleccionados da Agricultura do Alentejo	37
Quadro 5-12: N° de explorações, SAU e Quociente de Localização por OTE no Alentejo	43
Quadro 5-13: Quociente de Localização e % do N° de explorações por OTE e NUTS III do Alentejo	44
Quadro 5-14: N° de Estabelecimentos, N° de Trabalhadores e Quociente de Localização das Indústrias de Alimentação e Bebidas no Alentejo no ano 2000	46
Quadro 5-15: N° de Estabelecimentos e N° de Trabalhadores nas NUTS III do Alentejo por CAE das Indústrias de Alimentação e Bebidas no Ano 2000	46
Quadro 5-16: Principais subsectores da agricultura e dos recursos agro-alimentares no Alentejo	48
Quadro 5-17: Sectores Fornecedores e Sectores Clientes da Agricultura	55
Quadro 5-18: O Peso dos Produtos a Montante e dos Ramos a Jusante da Agricultura nas NUTS III do Alentejo (% do emprego do sector)	57
Quadro 5-19: Sectores Fornecedores e Sectores Clientes das Indústrias Agro-Alimentares	59
Quadro 5-20: O Peso dos Produtos a Montante e dos Ramos a Jusante das Indústrias Agro-Alimentares (% do emprego do sector)	61

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 5-1: Estrutura das importações portuguesas do sector agrícola e recursos agro-alimentares por países de origem	18
Gráfico 5-2: Estrutura das exportações portuguesas do sector agrícola e recursos agro-alimentares por países de destino	19
Gráfico 5-3: Taxa de cobertura do sector agrícola e recursos agro-alimentares no país e na região do Alentejo	22
Gráfico 5-4: Taxa de cobertura do sector agrícola e recursos agro-alimentares na por produtos região do Alentejo	23
Gráfico 5-5: Estrutura das importações da região do Alentejo do sector agrícola e recursos agro-alimentares por produtos	24
Gráfico 5-6: Peso do número de empresas no Alentejo por subsector de actividade, relativamente ao total nacional	40
Gráfico 5-7: Repartição do valor das vendas por subsector	40
Gráfico 5-8: Empresas Agro-alimentares no Alentejo (Evolução 2004/2001)	41
Gráfico 5-9: Natureza das Agro-alimentares no Alentejo	42

5. AGRICULTURA E RECURSOS AGRO-ALIMENTARES

A estratégia que se pretende definir para o Sistema Regional de Inovação do Alentejo tem de estar interligada com o perfil económico da região que entre vários sectores assenta no dos produtos agrícolas e agro-alimentares que tem uma forte tradição regional, bem como na produção pecuária extensiva e actividades que lhe estão associadas.

Na análise económica do que designamos por “recursos agro-alimentares” incluíram-se a agricultura e a agro-indústria e excluíram-se os sectores florestais (silvicultura e indústrias florestais), a vitivinicultura e a cortiça, estes dois últimos, objecto de atenção específica em outras secções deste relatório¹.

O objectivo deste ponto do relatório é analisar a situação regional do sector agro-alimentar no que respeita a recursos e capacidades existentes e observar ligações a recursos de outras regiões nacionais e estrangeiras e a forma como essas capacidades podem ser postas ao serviço do esforço regional colectivo que conduz à inovação tecnológica com benefícios económicos e sociais.

5.1. A importância Económica do Sector no Contexto Internacional – Breve Caracterização e principais tendências

Apesar do processo de industrialização ter diminuído o peso do sector da Agricultura na economia mundial, este será sempre, pela sua própria natureza, um sector estratégico enquanto fonte de sustentabilidade para o desenvolvimento económico, industrial, social e ambiental.

Do ponto de vista do peso da agricultura pelos grandes blocos económicos, verifica-se que na União Europeia (a 15 Estados Membros), e comparando com a restante tríade internacional (EUA e Japão), a

¹ Na análise económica do que designamos por “recursos agro-alimentares” incluíram-se a agricultura e a agro-indústria e excluíram-se os sectores florestais (silvicultura e indústrias florestais), a vitivinicultura e a cortiça, estes dois últimos, objecto de atenção específica em outras secções deste relatório. Note-se que não é considerado o contributo a montante da agricultura das indústrias de matéria- primas, nomeadamente de sementes e plantas, fertilizantes e agro-químicos. Também não foi considerado o contributo do sector dos alimentos concentrados para animais, bem como os dos sectores de construção, equipamentos e serviços de infraestruturas fundiárias, nomeadamente regadio, e de máquinas e equipamentos, tais como tractores e alfiadas agrícolas. Ficam também de fora os serviços de apoio ao agricultor, nomeadamente de elaboração de projectos, de prestação de assessoria técnica e económica, de contabilidade, de informática e de outros serviços. O contributo dos serviços relativos ao turismo rural será objecto de outra secção do relatório. Na prática segue-se uma perspectiva de classificação de recursos agro-alimentares baseada no conceito de sector (MODAA, 1998, p.4) ou de complexo agro-florestal (GPAA, 1998, p.13), recortado do sector das indústrias florestais e ainda do sector vitivinícola, corticeiro e do turismo rural que serão objecto de tratamento autónomo nos próximos pontos do relatório. No entanto para uma melhor percepção das relações a montante e a jusante dos recursos agro-alimentares considerados para efeito desta análise ver capítulo sobre “Análise das Relações Intersectoriais numa Óptica da Cadeia de Valor” (ver ponto 5).

agricultura apresenta um elevado peso, caracterizando-se esta como uma das principais “regiões” agrícolas mundiais. Enquanto os EUA se caracterizam por grandes áreas de exploração agrícola, como se pode ver pela área agrícola utilizada por “empresa” em 2000, a UE caracteriza-se por mais do dobro de explorações agrícolas para menos de metade da área agrícola utilizada. De salientar, que em 2002, tal como a UE, também o Japão apresenta 4% da população activa empregada no sector da Agricultura, floresta, caça e pesca. Portugal, por sua vez, representa cerca de 3% da área agrícola utilizada total da UE15, e 6% do total de explorações agrícolas. Para além de Portugal só a Grécia apresenta um maior peso do emprego no sector da Agricultura face à população activa, dentro da UE15.

QUADRO 5-1 :

Importância da Agricultura nas três principais regiões mundiais

	Área Agrícola Utilizada (1000 ha)	Número de “empresas” (1000 “empresas”)	Área Agrícola Utilizada por “empresa” (ha)	Emprego no Sector da Agricultura, floresta, caça e pesca	
				Número (1000 pessoas)	Peso na população activa (%)
	2002	2000	2000	2002	2002
UE15	130.809	6.771	18,7	6.537	4,0
Portugal	3.813	416	9,3	640	12,5
EUA	380.795	2.158	176,5	3.478	2,4
JAPÃO	4.762	2.249	2,1	2.680	4,0

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados da Comissão Europeia (EUROSTAT e Direcção Geral Agricultura), FAO e UNSO.

Em termos evolutivos, verificamos que Portugal apresentou taxas médias de variação anual superiores aos valores observados para a UE15 nos indicadores relativos ao Valor a Preços Base da Produção Agrícola e ao VAB da Agricultura. Como se pode observar da leitura do quadro seguinte, Portugal representa cerca de 2% da produção e do VAB da UE15 no período considerado.

QUADRO 5-2 :

Evolução da Agricultura na UE15

	1995		2000		2001		2002		2003		T.M.V.A.
Valor a Preços Base da Produção Agrícola (Milhões de Euros)											
UE15	255.508	100%	268.017	100%	276.939	100%	270.554	100%	270.592	100%	0,720%
Portugal	5.300	2,07%	5.612	2,09%	6.271	2,26%	6.159	2,28%	6.169	2,28%	1,916%
Valor a Preços Base do VAB da Agricultura (Milhões de Euros)											
UE15	139.358	100%	146.507	100%	153.673	100%	146.874	100%	148.491	100%	0,797%
Portugal	2.700	1,94%	2.692	1,84%	3.201	2,08%	3.199	2,18%	3.296	2,22%	2,525%

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do EUROSTAT

De acordo com estudos efectuados pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento), as principais tendências da agricultura apontam para um processo de recuperação dos mercados agrícolas, que se seguem a um período de recordes de baixas de preços para muitos produtos.

Prevê-se que a procura, especialmente nos países não pertencentes à OCDE, crescerá mais rapidamente do que a produção, o que estimulará o comércio e poderá elevar os preços para a maioria dos produtos. Esta tendência de evolução relaciona-se com o previsível crescimento da economia e da população mundial, no médio prazo, e a contínua recuperação dos mercados da Ásia, América Latina e Rússia, que tenderão a aumentar a procura por produtos agrícolas, de uma forma mais intensa (especialmente nos países em desenvolvimento, devido ao aumento do poder de compra, da urbanização, e de um maior crescimento populacional) do que o crescimento da produção, reduzindo por conseguinte, os stocks existentes e gerando pressão para o aumento dos preços dos produtos alimentares.

Estima-se assim, que os preços mundiais deverão crescer gradualmente, num futuro próximo, especialmente para determinados produtos como as carnes e os lacticínios em detrimento dos cereais e das oleaginosas. Os preços mundiais das carnes suína e bovina deverão continuar a variar ciclicamente, prevendo-se períodos de baixa para os próximos anos. Os preços de carne bovina na Europa estarão sujeitos a uma maior pressão, consequência, ainda, do impacto negativo originado pela crise da doença da BSE (Encefalopatia Espongiforme dos Bovinos) e da necessidade de reduzir a produção em resposta da menor procura. A situação criada pela febre aftosa também deverá afectar os mercados.

No entanto, ao nível da produção mundial de produtos agrícolas, esta continuará a crescer, prevendo-se que este crescimento seja mais significativo para os produtos pecuários e rações e não para os “grãos” de consumo humano, influenciando por conseguinte a distribuição actual da produção mundial.

O aumento da produção mundial decorrerá directamente dos aumentos generalizados de produtividade previstos para a maioria das explorações agrícolas, especialmente dos países não pertencentes à OCDE, e que se prevê que sejam os grandes responsáveis pelo grande aumento (em volume) da produção mundial. Porém, essa participação na produção mundial prevê-se insuficiente para fazer face ao crescimento da procura, pelo que se entende que a diferença será compensada pelo aumento das importações dos países pertencentes à OCDE. Calcula-se, igualmente que a OCDE manterá os elevados regimes de apoio e protecção aos “seus” agricultores, apesar da leve redução ocorrida depois de alguns anos de crescimento.

Todavia, as reformas realizadas (a nível mundial) ao nível da agricultura têm sido insuficientes e permanecem frágeis, face à problemática actual da necessidade de sustentabilidade e da protecção do ambiente, bem como do desenvolvimento do mundo rural. Um bom exemplo desta problemática é o caso da reforma da Política Agrícola Comum, da União Europeia, onde a nova política proposta visa promover (i) um sector agrícola competitivo, capaz de explorar as oportunidades existentes no mercado mundial, sem subvenções excessivas, e ao mesmo tempo assegurar um nível de vida equitativo à população agrícola; (ii) métodos de produção seguros, susceptíveis de oferecer produtos de qualidade que vão ao encontro da procura dos consumidores; (iii) diversidade que reflecta a tradição da produção

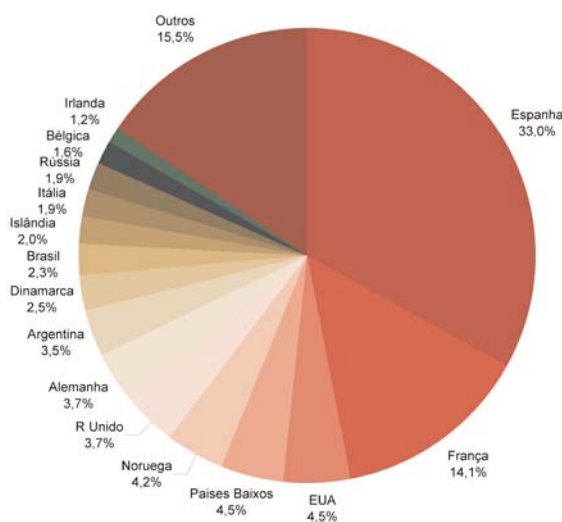
alimentar europeia; (iv) a manutenção de comunidades rurais, capazes de proporcionar oportunidades de emprego à população rural; (v) um sector agrícola sustentável, em termos ambientais, e que contribua para a preservação dos recursos e do património natural e para a manutenção do atractivo visual da paisagem rural; (vi) uma política mais simples e mais clara, que estabeleça uma clara distinção entre as decisões que devem ser tomadas conjuntamente a nível comunitário e as que devem incumbir aos Estados-membros; (vii) uma política agrícola que estabeleça um vínculo claro entre o apoio público e os serviços prestados pela comunidade agrícola à sociedade.

5.2. Comércio internacional

A estrutura de relações de comércio internacional de Portugal no sector agrícola e dos recursos agro-alimentares concede uma expressiva importância ao mercado espanhol enquanto principal parceiro comercial de origem dos fluxos de importação do sector (33%). Na rede de relações de comércio internacional do sector assumem, também, pesos consideráveis nas importações nacionais: a França (responsável por cerca de 14,1% das importações nacionais do sector), os EUA (4,5%), os Países Baixos (4,5%) e a Noruega (4,2%) – ver Gráfico 5-1.

GRÁFICO 5-1:

Estrutura das importações portuguesas do sector agrícola e recursos agro-alimentares por países de origem

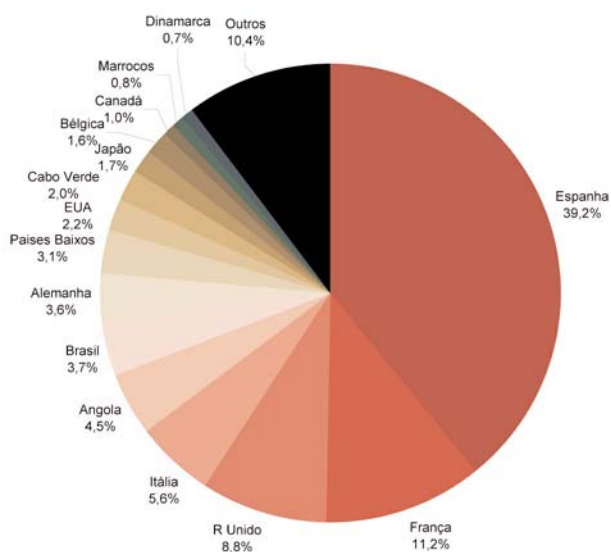


No que concerne à estrutura exportadora nacional no sector agrícola e dos recursos agro-alimentares, constata-se que o principal parceiro comercial de Portugal nos fluxos desta natureza é, à semelhança do verificado para a estrutura importadora, a Espanha, a qual absorve cerca de 39,2% da totalidade dos fluxos de exportação nacionais do sector.

Para além do mercado espanhol, os principais mercados de exportação nacional do sector agrícola e dos recursos agro-alimentares são a França (absorve cerca de 11,2% das exportações nacionais do sector), o Reino Unido (8,8%), a Itália (5,6%), Angola (4,5%), o Brasil (3,7%) e a Alemanha (3,6%) – ver Quadro 5-8.

GRÁFICO 5-2 :

Estrutura das exportações portuguesas do sector agrícola e recursos agro-alimentares por países de destino



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nas Estatísticas de Comércio Internacional, INE, 2000

No que se refere à composição dos fluxos de importação portugueses do sector agrícola e dos recursos agro-alimentares verifica-se que os produtos de maior peso nas importações do sector são os peixes, crustáceos e moluscos (21,7%), os cereais (10,6%) e as carnes (9,4%) – ver Quadro 5-3. Por seu turno, a análise da estrutura de exportações nacionais do sector agrícola e dos recursos agro-alimentares permite apontar como principais produtos exportados os peixes, crustáceos e moluscos (17,2%), os lacticínios, ovos e mel natural (13,1%) e as preparações de produtos hortícolas e de frutas (12,5%) – ver Quadro 5-4.

QUADRO 5-3 :

Estrutura das importações portuguesas do sector agrícola e recursos agro-alimentares por produtos

Produtos	(em %)
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	21,74
Cereais	10,63
Carnes e miudezas, comestíveis	9,43
Frutas; cascas de citrinos e de melões	6,84
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais	6,37
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	5,04
Preparações à base de cereais, de farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria	4,65
Açúcares e produtos de confeitaria	4,29
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	4,12
Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos	4,11
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	4,01
Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	3,73
Preparações alimentícias diversas	3,38
Cacau e suas preparações	2,54
Café, chá, mate e especiarias	2,52
Animais vivos	2,20
Preparações de carnes, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	1,84
Plantas vivas e produtos de floricultura	1,03
Outros produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos	0,77
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo	0,44
Gomas, resinas e outros sucos e extractos vegetais	0,30
Matérias para entrançar e outros produtos de origem vegetal, não especificados nem compreendidos noutros capítulos	0,02

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nas Estatísticas de Comércio Internacional, INE, 2000

QUADRO 5 – 4

Estrutura das exportações portuguesas do sector agrícola e recursos agro-alimentares por produtos

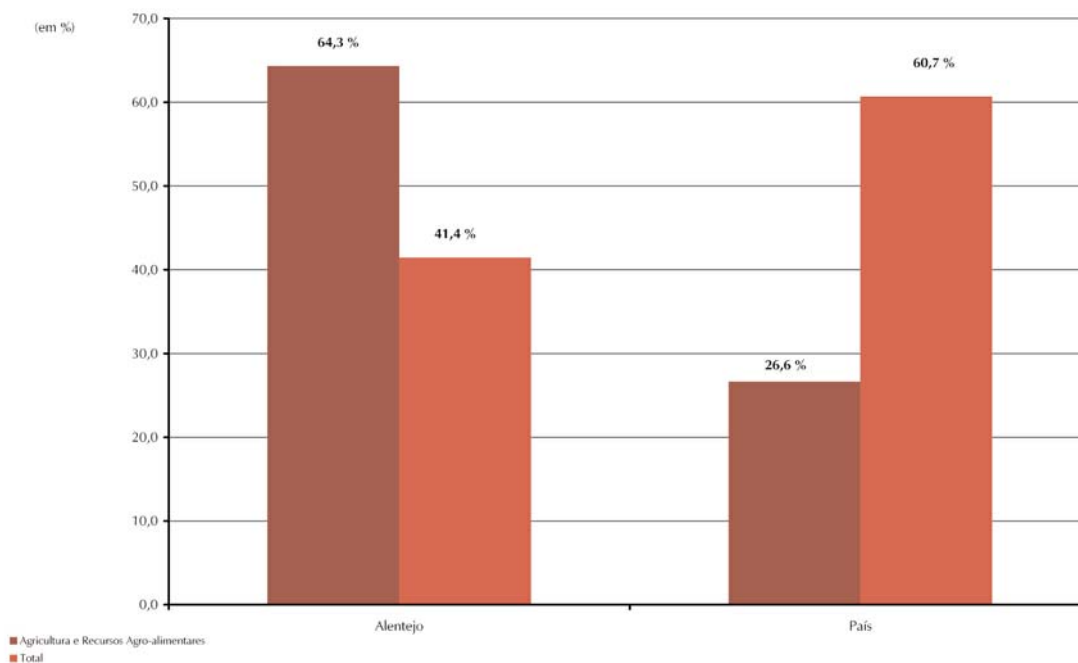
Produtos	(em %)
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	17,23
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos	13,05
Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	12,52
Preparações de carnes, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	9,93
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	9,10
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	5,56
Preparações alimentícias diversas	5,13
Frutas; cascas de citrinos e de melões	4,95
Preparações à base de cereais, de farinhas, amidos, féculas ou leite; produtos de pastelaria	4,55
Açúcares e produtos de confeitaria	3,77
Café, chá, mate e especiarias	2,27
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais	2,11
Outros produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos em outros capítulos	2,02
Cereais	1,86
Plantas vivas e produtos de floricultura	1,22
Gomas, resinas e outros sucos e extractos vegetais	1,05
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	1,04
Carnes e miudezas, comestíveis	1,01
Animais vivos	0,77
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo	0,59
Cacau e suas preparações	0,22
Matérias para entrançar e outros produtos de origem vegetal, não especificados nem compreendidos noutros capítulos	0,05

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nas Estatísticas de Comércio Internacional, INE, 2000

O sector agrícola e dos recursos agro-alimentares apresenta um comportamento deficitário quer no espaço nacional – taxa de cobertura de 26,6%, quer na região do Alentejo – taxa de cobertura de 64,3%. Não obstante o posicionamento deficitário do sector tanto no espaço nacional, como na região, é de referir que a taxa de cobertura do sector na região do Alentejo é, particularmente, mais favorável que a taxa de cobertura associada à estrutura global das relações de comércio internacional estabelecidas pela região, contrariando, deste modo, o comportamento do sector à escala nacional – ver Gráfico 5-3.

GRÁFICO 5-3:

Taxa de cobertura do sector agrícola e recursos agro-alimentares no país e na região do Alentejo

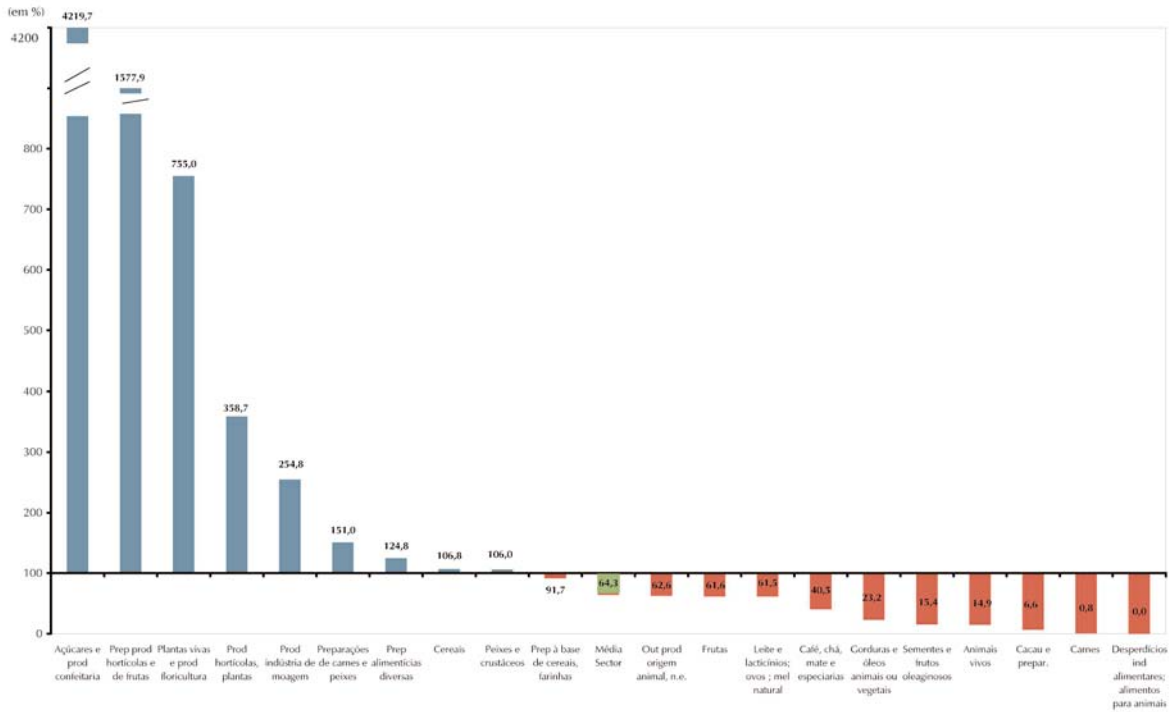


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nas Estatísticas de Comércio Internacional, INE, 2000

Particularizando a análise da taxa de cobertura do sector agrícola e dos recursos alimentares da região do Alentejo, por produtos, é possível verificar que os produtos que evidenciam uma taxa de cobertura na região mais favorável são os açúcares e os produtos de confeitaria, as preparações de produtos hortícolas e de frutas e as plantas vivas e produtos de floricultura. Para além destes produtos apresentam, também, taxas de cobertura excedentárias na região, apesar de com menor expressividade, os produtos hortícolas e plantas, os produtos das indústrias de moagem, as preparações de carnes e peixes, preparações alimentícias diversas, os cereais e os peixes e crustáceos – ver Gráfico 5-4.

GRÁFICO 5-4:

Taxa de cobertura do sector agrícola e recursos agro-alimentares por produtos na região do Alentejo

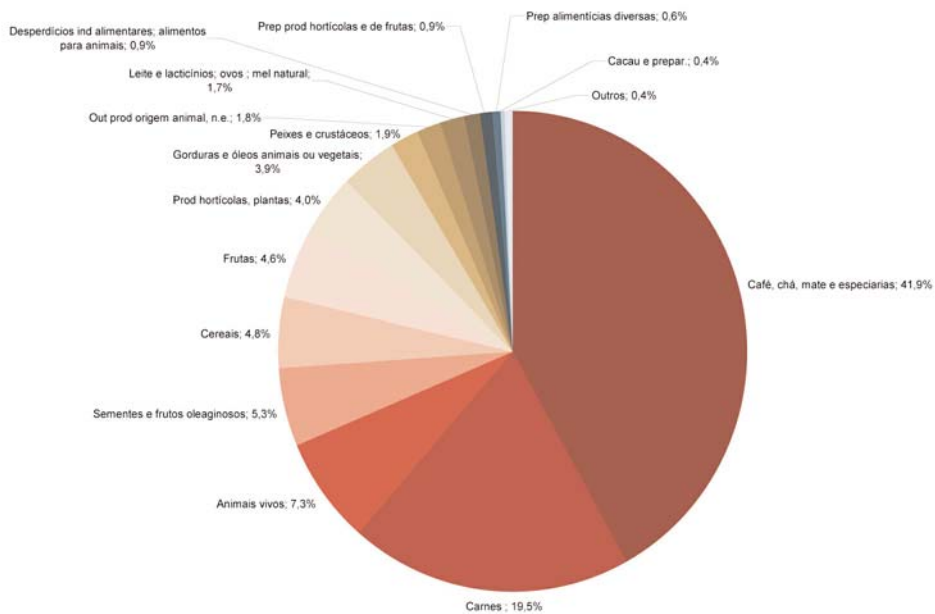


Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nas Estatísticas de Comércio Internacional, INE, 2000

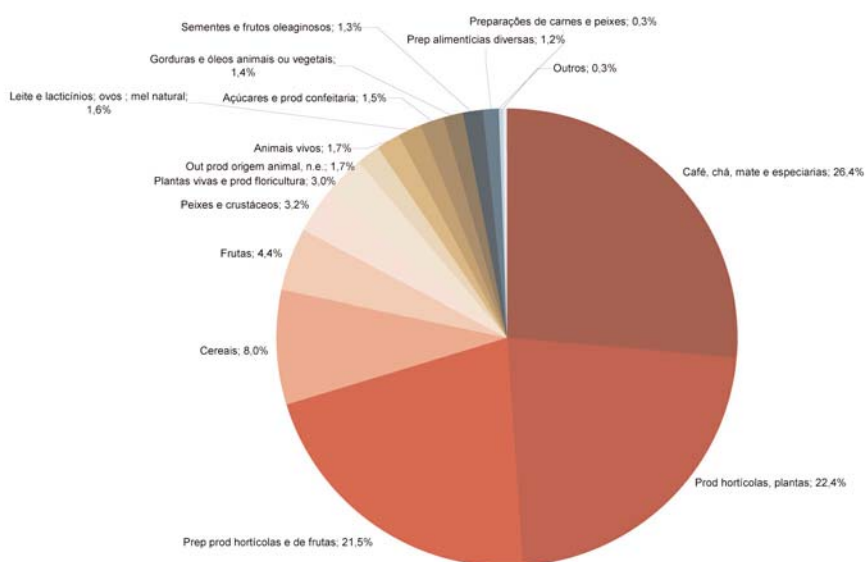
No que concerne à estrutura importadora do sector agrícola e dos recursos agro-alimentares na região do Alentejo, por produtos, destacam-se como principais produtos importados o café e o chá (responsáveis por cerca de 41,9% do total das importações do sector da região), as carnes (19,5%) e os animais vivos (7,3%). Relativamente à composição da estrutura exportadora do sector na região do Alentejo destacam-se as exportações de café e chá (26,4%), os produtos hortícolas e plantas (22,4%), as preparações de produtos hortícolas e frutas (21,5%), os cereais (8%) e as frutas (4,4%) – ver Gráfico 5-5.

GRÁFICO 5-5

Estrutura das importações da região do Alentejo do sector agrícola e recursos agro-alimentares por produtos



Estrutura das exportações da região do Alentejo do sector agrícola e recursos agro-alimentares por produtos



Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nas Estatísticas de Comércio Internacional, INE, 2000

O sector agrícola e dos recursos agro-alimentares representa cerca de 4% do total das importações efectuadas pela região do Alentejo e cerca de 6,3% da estrutura global de exportações da região, sendo apresentados em seguida os pesos de diferentes categorias de produtos do sector no total da estrutura importadora e exportadora da região – ver Quadro 5-5 e Quadro 5-6.

QUADRO 5-5 :

Peso das importações dos produtos do sector agrícola e recursos agro-alimentares na estrutura de importações total da região do Alentejo

Produtos	(em %)
Peso total sector	4,05
Café, chá, mate e especiarias	1,69
Carnes	0,79
Animais vivos	0,30
Sementes e frutos oleaginosos	0,21
Cereais	0,19
Frutas	0,19
Prod hortícolas, plantas	0,16
Gorduras e óleos animais ou vegetais	0,16
Peixes e crustáceos	0,08
Out prod origem animal, n.e.	0,07
Leite e lacticínios; ovos ; mel natural	0,07
Desperdícios ind alimentares; alimentos para animais	0,04
Prep prod hortícolas e de frutas	0,04
Prep alimentícias diversas	0,02
Cacau e prepar.	0,02
Plantas vivas e prod floricultura	0,01
Preparações de carnes e peixes	0,00
Açúcares e prod confeitaria	0,00
Prep à base de cereais, farinhas	0,00
Prod indústria de moagem	0,00

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nas Estatísticas de Comércio Internacional, INE, 2000

QUADRO 5-6 :

Peso das exportações dos produtos do sector agrícola e recursos agro-alimentares na estrutura de exportações total da região do Alentejo

Produtos	(em %)
Peso total sector	6,28
Café, chá, mate e especiarias	1,66
Prod hortícolas, plantas	1,41
Prep prod hortícolas e de frutas	1,35
Cereais	0,50
Frutas	0,28
Peixes e crustáceos	0,20
Plantas vivas e prod floricultura	0,19
Out prod origem animal, n.e.	0,11
Animais vivos	0,11
Leite e lacticínios; ovos ; mel natural	0,10
Açúcares e prod confeitaria	0,10
Gorduras e óleos animais ou vegetais	0,09
Sementes e frutos oleaginosos	0,08
Prep alimentícias diversas	0,07
Preparações de carnes e peixes	0,02
Carnes	0,02

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nas Estatísticas de Comércio Internacional, INE, 2000

5.3. Importância económica do sector no país e na região

5.3.1. Dimensão económica

O sector agro-alimentar português, incluindo a silvicultura, representava, em 2000, cerca de 8,8 % do valor acrescentado bruto (VAB) total do continente, a preços de mercado, que se distribuía em 5,3% pelas indústrias agro-alimentares e 3,5% pela agricultura e silvicultura².

O volume de trabalho do sector agro-alimentar eleva-se a cerca de 608 mil unidades de trabalho ano, correspondendo a 12,5% do total do volume de trabalho da economia, sendo 10,2% relativos à agricultura e silvicultura e 2,3% às indústrias agro-alimentares.

A comparação do VAB por unidade de trabalho ano (UTA) é de grande interesse para uma primeira análise da produtividade do sector. O VAB por UTA do sector agrícola do Continente e da região do Alentejo é muito maior que o resto do continente dada a sua estrutura fundiária e a maior adaptação da

² GPPAA, Quadro A3 do Anexo Estatístico, p. v..

sua estrutura de produções à apoiada pela PAC. Se em vez de valorizarmos o VAB a preços de base utilizarmos o VAB a preços de mercado³, embora mantendo-se os valores acima do Continente, a produtividade por UTA na agricultura do Continente e do Alentejo passam a representar 24% e 39% da média da economia.

Nas indústrias agro-alimentares, verifica-se que a produtividade medida pelo VAB por UTA, quer para o Continente quer para o Alentejo (7,2 e 3,5 milhares de contos) é superior à média referida (3,3 milhares de contos), apresentando, no entanto, um valor para o Continente de mais do dobro do da região, o que evidencia uma **fraca produtividade do Alentejo nas actividades agro-industriais**⁴.

O sector da agricultura e das indústrias agro-alimentares assume-se como um dos sectores de maior relevo na estrutura económica da região do Alentejo, tendo em conta a importância detida pelo mesmo quer no perfil de especialização da região (e das respectivas NUTS III), quer na estrutura total do emprego regional. No entanto, ao estabelecer-se uma análise de enquadramento do peso do sector da agricultura e das indústrias agro-alimentares da região do Alentejo, ao nível da estrutura nacional do sector, constata-se por um lado, que a densidade do tecido produtivo da região nestas actividades não atinge níveis muito expressivos no panorama nacional e por outro lado, que a contribuição do emprego sectorial regional para o emprego sectorial nacional é mais significativa no que concerne às actividades agrícolas do que ao nível das indústrias agro-alimentares – ver quadros seguintes.

Com efeito, a densidade do tecido produtivo da região do Alentejo no domínio das indústrias agro-alimentares regista pesos de emprego mais significativos, no contexto nacional, nas NUTS III Alto Alentejo e Alentejo Central, que concentram 0,06% do emprego nacional das indústrias agro-alimentares, evidenciando assim a sua relevância no contexto nacional⁵.

O peso do emprego no sector agrícola da região do Alentejo mostra a relevância desta actividade para a economia regional, representando em todas as NUTS III percentagens superiores a 10% do emprego, atingindo, mesmo, no Baixo Alentejo, um peso de 15,7%.

Relativamente ao peso do emprego das actividades agrícolas da região do Alentejo, na estrutura nacional, retêm-se contribuições regionais relativamente mais significativas, sendo estas, sobretudo mais acentuadas nas NUTS III Alentejo Central (0,19%) e Baixo Alentejo (0,12%).

Consequentemente regista-se a relevância destas actividades ao nível regional, através do peso que possuem no emprego das regiões do Alentejo Litoral, Alentejo Central e Baixo Alentejo (sempre superior a 4%) e, especialmente, na região do Alto Alentejo, em que as indústrias agro-alimentares empregam 7,5% dos trabalhadores.

³ GPPAA, Quadros 4 a 6 do Anexo Estatístico, 1999

⁴ GPPAA, Quadros 4 a 6 do Anexo Estatístico, 1999.

⁵ Recorde-se que, tal como se apresentou na metodologia que introduz esta parte do relatório, se considera que um sector é relevante a nível nacional quando regista um peso no emprego superior a 0,05% do total do emprego nacional.

QUADRO 5-7 :

O Peso da Agricultura nas NUTS III do Alentejo (% emprego do sector)

CAE 5d	Agricultura	Alentejo Litoral		Alto Alentejo		Alentejo Central		Baixo Alentejo	
	Designação	Peso na região	Peso no país	Peso na região	Peso no país	Peso na região	Peso no país	Peso na região	Peso no país
1100	Agricultura (excepto a viticultura)	4,38%	0,03%	4,45%	0,04%	5,82%	0,09%	5,47%	0,04%
1200	Produção Animal	0,85%	0,01%	0,14%	0,00%	0,62%	0,01%	2,10%	0,02%
1300	Produção Agrícola e Animal Associadas	2,76%	0,02%	5,77%	0,05%	5,77%	0,09%	7,69%	0,06%
1400	Actividades de serviços relacionados com a agricultura e produção animal, excepto serviços de veterinária	1,57%	0,01%	0,34%	0,00%	0,34%	0,00%	0,25%	0,00%
2000	Silvicultura, exploração florestal e actividades de serviços relacionados	0,86%	0,01%	0,98%	0,01%	0,28%	0,00%	0,21%	0,00%
Total Agricultura		10,41%	0,07%	11,69%	0,10%	12,82%	0,19%	15,70%	0,12%

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, 2001

QUADRO 5-8 :

O Peso das Indústrias Agro-Alimentares nas NUTS III do Alentejo (% emprego do sector)

Indústrias Agro-Alimentares		Alentejo Litoral		Alto Alentejo		Alentejo Central		Baixo Alentejo	
CAE 5d	Designação	Peso na região	Peso no país	Peso na região	Peso no país	Peso na região	Peso no país	Peso na região	Peso no país
15100	Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne	0,16%	0,00%	0,54%	0,00%	1,13%	0,02%	0,31%	0,00%
15200	Indústria transformadora da pesca e da aquacultura	0,14%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	0,00%
15300	Indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas	0,62%	0,00%	1,32%	0,01%	0,15%	0,00%	0,31%	0,00%
15400	Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	0,02%	0,00%	0,11%	0,00%	0,16%	0,00%	0,51%	0,00%
15500	Indústria de lacticínios	0,05%	0,00%	1,23%	0,01%	0,38%	0,01%	0,25%	0,00%
15600	Transformação de cereais e leguminosas, fabricação de amidos, féculas e de produtos afins	1,00%	0,01%	0,01%	0,00%	0,20%	0,00%	0,06%	0,00%
15700	Fabricação de amidos, féculas e de produtos afins	0,27%	0,00%	0,09%	0,00%	0,27%	0,00%	0,07%	0,00%
15800	Fabricação de outros produtos alimentares	1,96%	0,01%	4,17%	0,04%	1,77%	0,03%	2,82%	0,02%
Total Indústrias Agro-Alimentares		4,21%	0,03%	7,48%	0,06%	4,08%	0,06%	4,32%	0,03%

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, 2001

5.3.2. *Qualificações dos Recursos Humanos do sector da agricultura e recursos agro-alimentares*

A estrutura de habilitações e qualificações dos recursos humanos é, naturalmente, o grande pilar sobre o qual assenta a capacidade da região para utilizar uma abordagem sistemática da inovação enquanto instrumento integrante de uma estratégia capaz de induzir e sustentar a sua capacidade competitiva.

No quadro seguinte apresenta-se a estrutura das habilitações da população residente no Alentejo e no País e para o sector agrícola e recursos agro-alimentares.

A estrutura das habilitações no sector agrícola do Alentejo é caracterizada por uma elevada percentagem da população empregada com apenas o ensino básico (91,8%) e por uma reduzida percentagem com ensino superior⁶. Do primeiro grupo, cerca de 12,5% não sabe ler nem escrever e 58,7% só tem o 1º ciclo do ensino básico. Esses valores revelam uma grande debilidade na formação dos recursos humanos do sector agrícola do Alentejo quando comparada com as médias do País e da região e até mesmo com a média do sector no País.

A esmagadora maioria (90,8%) da população empregada nas empresas da CAE 151 – abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne – no Alentejo tem no máximo o ensino básico completo. A percentagem com ensino superior é bastante reduzida (1,6%). Esta situação denota um grau de qualificação dos recursos humanos inferior à média do País e da região, mas semelhante à do sector em termos nacionais, apesar de aí a percentagem da população empregada com ensino superior ser mais significativa.

A maioria da população empregada (80,7%) nas empresas da CAE 152 – indústria transformadora da pesca e da aquacultura – do Alentejo possui os dois primeiros ciclos do ensino básico. Cerca de 16% possui ensino secundário, mas não há registo de indivíduos com ensino superior, o que posiciona o sector numa situação desfavorável relativamente à média do País e da região e mesmo do sector em termos nacionais.

Uma grande parte da população empregada nas empresas da CAE 153 – indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas – no Alentejo tem apenas o 1º ciclo do ensino básico (40,2%) e uma percentagem importante não sabe ler nem escrever (14,6%). Esta estrutura das habilitações é claramente inferior à média do País e da região, mas não difere muito da estrutura nacional do sector.

Metade da população empregada nas empresas da CAE 154 – produção de óleos e gorduras animais e vegetais – no Alentejo tem apenas o 1º ciclo do ensino básico e só 3,8% possui ensino superior. De uma

⁶ *Note-se que a análise das qualificações e habilitações baseadas nos Quadros de Pessoal do MTS apenas se refere ao universo das unidades empresariais privadas que têm pelo menos um trabalhador por conta de outrem, apresentando no caso da agricultura a limitação pelo facto de um número significativo de explorações agrícolas serem de carácter familiar, não registando trabalhadores por conta de outrem. Neste sentido, para a generalidade dos sectores abrangidos neste estudo, a cobertura dos Quadros de Pessoal é rigorosa e permite uma tipologia de classificação mais "rica" e adequada aos objectivos deste trabalho do que o recenseamento da população*

forma geral a estrutura das habilitações no sector é inferior à média do País e da região. No entanto a estrutura das habilitações no sector no Alentejo não é muito diferente da sua estrutura nacional, com excepção para a percentagem de indivíduos com ensino superior, que é bastante mais elevada para o sector no País (7,8%).

Nas empresas da CAE 155 – indústria de lacticínios – a maioria da população empregada tem o ensino básico (83,2%), nomeadamente o 1º ciclo deste grau de ensino (49,9%) e apenas 3,9% possui ensino superior. Estes níveis de escolaridade revelam uma estrutura das habilitações menos favorável do que a média do País e da região e inclusivamente do sector a nível nacional.

A maioria da população empregada nas empresas da CAE 156 – transformação de cereais e leguminosas, fabricação de amidos, féculas e produtos afins – tem apenas o 1º ciclo do ensino básico (58,1%). No entanto comparativamente a outros sectores das indústrias agro-alimentares, existe uma percentagem de indivíduos com ensino superior mais elevada (6,2%), que é inclusivamente superior à média da região e relativamente próxima da média do País. No entanto nas restantes classes de habilitações a CAE-156 no Alentejo apresenta uma posição desfavorável relativamente à média do País e da região. Relativamente às empresas da CAE no País, a estrutura das habilitações da população empregada nas empresas do Alentejo não é muito diferente.

A estrutura das habilitações das empresas da CAE 157 – fabricação de alimentos compostos para animais – no Alentejo está relativamente próxima da média regional no que concerne às percentagens da população empregada com ensino secundário (13,5%) e com ensino superior (4%). Essa estrutura das habilitações também é relativamente semelhante à do sector no País.

Nas empresas do Alentejo da CAE 158 – fabricação de outros produtos alimentares – a estrutura das habilitações caracteriza-se fundamentalmente pela elevada percentagem da população empregada com o 1º ciclo do ensino básico. Trata-se de um sector tanto a nível regional como a nível nacional com habilitações abaixo da média regional e do País.

Os recursos humanos qualificados, nomeadamente com o ensino superior e com o ensino secundário, são particularmente relevantes nos processos de inovação, revelando o sector agrícola e dos recursos agro-alimentares, regional e nacional, debilidades neste campo.

QUADRO 5-9 :

Estrutura habilitações na região do Alentejo e no país

Estrutura média total ⁷ de habilitações	Região do Alentejo	País
Não sabe ler nem escrever	4,1%	2,0%
1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe)	39,9%	33,7%
2º Ciclo Ensino Básico (Ens. Preparatório)	20,0%	22,5%
3º Ciclo Ensino Básico (9º ano unificado)	16,4%	17,0%
Ensino Secundário (12º ano ou equivalente)	14,8%	17,0%
Ensino Superior	4,8%	7,9%
Sector agrícola	Região do Alentejo	País
Não sabe ler nem escrever	12,5%	6,3%
1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe)	58,7%	51,3%
2º Ciclo Ensino Básico (Ens. Preparatório)	13,6%	20,4%
3º Ciclo Ensino Básico (9º ano unificado)	7,1%	11,1%
Ensino Secundário (12º ano ou equivalente)	5,8%	7,6%
Ensino Superior	2,4%	3,3%
Sector de abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (CAE 151)	Região do Alentejo	País
Não sabe ler nem escrever	3,9%	4,0%
1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe)	44,0%	47,3%
2º Ciclo Ensino Básico (Ens. Preparatório)	29,5%	24,9%
3º Ciclo Ensino Básico (9º ano unificado)	13,4%	12,6%
Ensino Secundário (12º ano ou equivalente)	7,7%	8,8%
Ensino Superior	1,6%	2,4%
Indústria transformadora da pesca e da aquicultura (CAE 152)	Região do Alentejo	País
Não sabe ler nem escrever	0,0%	8,2%
1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe)	48,4%	51,6%
2º Ciclo Ensino Básico (Ens. Preparatório)	32,3%	20,2%
3º Ciclo Ensino Básico (9º ano unificado)	3,2%	9,0%
Ensino Secundário (12º ano ou equivalente)	16,1%	8,2%
Ensino Superior	0,0%	2,7%
Indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas (CAE 153)	Região do Alentejo	País
Não sabe ler nem escrever	14,6%	7,0%
1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe)	40,2%	44,0%
2º Ciclo Ensino Básico (Ens. Preparatório)	16,4%	18,5%
3º Ciclo Ensino Básico (9º ano unificado)	8,1%	11,8%
Ensino Secundário (12º ano ou equivalente)	15,6%	12,8%
Ensino Superior	5,1%	6,0%
Sector de produção de óleos e gorduras animais e vegetais (CAE 154)	Região do Alentejo	País
Não sabe ler nem escrever	1,7%	1,9%
1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe)	50,0%	48,1%
2º Ciclo Ensino Básico (Ens. Preparatório)	15,7%	14,3%
3º Ciclo Ensino Básico (9º ano unificado)	11,4%	14,1%
Ensino Secundário (12º ano ou equivalente)	17,4%	13,8%
Ensino Superior	3,8%	7,8%

⁷ Estrutura de habilitações calculada para a totalidade da estrutura produtiva.

Indústria de lacticínios (CAE 155)	Região do Alentejo	País
Não sabe ler nem escrever	4,5%	2,4%
1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe)	49,9%	42,0%
2º Ciclo Ensino Básico (Ens. Preparatório)	19,7%	21,6%
3º Ciclo Ensino Básico (9º ano unificado)	13,6%	17,2%
Ensino Secundário (12º ano ou equivalente)	8,3%	11,5%
Ensino Superior	3,9%	5,4%
Sector de transformação de cereais e leguminosas, fabricação de amidos, féculas e de produtos afins (CAE 156)	Região do Alentejo	País
Não sabe ler nem escrever	7,6%	5,4%
1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe)	58,1%	46,9%
2º Ciclo Ensino Básico (Ens. Preparatório)	10,3%	14,2%
3º Ciclo Ensino Básico (9º ano unificado)	7,6%	14,3%
Ensino Secundário (12º ano ou equivalente)	10,3%	12,7%
Ensino Superior	6,2%	6,6%
Sector de fabricação de alimentos compostos para animais (CAE 157)	Região do Alentejo	País
Não sabe ler nem escrever	4,5%	4,3%
1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe)	42,6%	46,4%
2º Ciclo Ensino Básico (Ens. Preparatório)	26,1%	18,0%
3º Ciclo Ensino Básico (9º ano unificado)	9,1%	12,7%
Ensino Secundário (12º ano ou equivalente)	13,6%	10,8%
Ensino Superior	4,0%	7,9%
Sector de fabricação de outros produtos alimentares (CAE 158)	Região do Alentejo	País
Não sabe ler nem escrever	2,8%	2,8%
1º Ciclo Ensino Básico (4ª classe)	51,9%	48,4%
2º Ciclo Ensino Básico (Ens. Preparatório)	22,3%	26,5%
3º Ciclo Ensino Básico (9º ano unificado)	13,8%	13,4%
Ensino Secundário (12º ano ou equivalente)	7,5%	7,0%
Ensino Superior	1,6%	1,8%

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nas Estatísticas dos Quadros de Pessoal, 2000

A estrutura das habilitações da população empregada reflecte-se de alguma forma na estrutura das qualificações do emprego. No quadro seguinte apresenta-se a estrutura das qualificações do emprego no Alentejo e no País para o sector da agrícola e recursos agro-alimentares e por CAE.

QUADRO 5-10 :

Estrutura qualificações na região do Alentejo e no país

Estrutura média total ⁸ de qualificações	Região do Alentejo	País
Quadros Médios e Superiores	13,6%	15,4%
Profissionais qualificados e altamente qualificados	40,7%	46,5%
Profissionais não qualificados e semiquualificados	37,1%	27,6%
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	3,4%	3,5%
Praticantes e Aprendizizes	5,2%	7,0%
Sector agrícola e recursos agro-alimentares	Região do Alentejo	País
Quadros Médios e Superiores	7,5%	9,7%
Profissionais qualificados e altamente qualificados	23,4%	34,9%
Profissionais não qualificados e semiquualificados	64,3%	45,9%
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	3,0%	3,8%
Praticantes e Aprendizizes	1,8%	5,7%
Sector de abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (CAE 151)	Região do Alentejo	País
Quadros Médios e Superiores	8,3%	6,0%
Profissionais qualificados e altamente qualificados	44,8%	61,3%
Profissionais não qualificados e semiquualificados	30,6%	18,0%
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	4,9%	3,4%
Praticantes e Aprendizizes	11,3%	11,2%
Indústria transformadora da pesca e da aquacultura (CAE 152)	Região do Alentejo	País
Quadros Médios e Superiores	3,2%	5,4%
Profissionais qualificados e altamente qualificados	22,6%	24,3%
Profissionais não qualificados e semiquualificados	74,2%	63,9%
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	0,0%	3,3%
Praticantes e Aprendizizes	0,0%	3,0%
Indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas (CAE 153)	Região do Alentejo	País
Quadros Médios e Superiores	7,2%	10,2%
Profissionais qualificados e altamente qualificados	27,6%	37,4%
Profissionais não qualificados e semiquualificados	57,6%	40,2%
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	3,9%	7,5%
Praticantes e Aprendizizes	3,7%	4,8%
Sector de produção de óleos e gorduras animais e vegetais (CAE 154)	Região do Alentejo	País
Quadros Médios e Superiores	10,2%	10,4%
Profissionais qualificados e altamente qualificados	41,7%	48,2%
Profissionais não qualificados e semiquualificados	40,4%	26,8%
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	6,8%	13,4%
Praticantes e Aprendizizes	0,9%	1,2%
Indústria de lacticínios (CAE 155)	Região do Alentejo	País
Quadros Médios e Superiores	9,3%	6,7%
Profissionais qualificados e altamente qualificados	28,6%	35,7%
Profissionais não qualificados e semiquualificados	50,5%	47,6%
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	10,0%	7,9%
Praticantes e Aprendizizes	1,6%	2,1%
Sector de transformação de cereais e leguminosas, fabricação de amidos, féculas e de produtos afins (CAE 156)	Região do Alentejo	País
Quadros Médios e Superiores	13,1%	14,2%
Profissionais qualificados e altamente qualificados	43,3%	45,6%

⁸ Estrutura de qualificações calculada para a totalidade da estrutura produtiva. Fonte:

Profissionais não qualificados e semiqualeificados	39,1%	33,6%
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	4,2%	5,7%
Praticantes e Aprendizizes	0,3%	0,9%
Sector de fabricação de alimentos compostos para animais (CAE 157)	Região do Alentejo	País
Quadros Médios e Superiores	13,9%	10,3%
Profissionais qualificados e altamente qualificados	49,4%	50,2%
Profissionais não qualificados e semiqualeificados	30,6%	33,3%
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	5,0%	5,4%
Praticantes e Aprendizizes	1,1%	0,7%
Sector de fabricação de outros produtos alimentares (CAE 158)	Região do Alentejo	País
Quadros Médios e Superiores	12,1%	12,1%
Profissionais qualificados e altamente qualificados	33,1%	39,8%
Profissionais não qualificados e semiqualeificados	46,4%	34,8%
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	2,7%	3,1%
Praticantes e Aprendizizes	5,7%	10,2%

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base nas Estatísticas dos Quadros de Pessoal, 2000

A qualificação do emprego no sector agrícola do Alentejo é relativamente baixa, como indica a elevada percentagem de profissionais não qualificados e semiqualeificados (64,3%) e a baixa percentagem de quadros médios e superiores (7,5%). Comparativamente ao País, a estrutura da qualificação do emprego no sector agrícola do Alentejo é bastante mais débil, encontrando-se inclusivamente numa posição desfavorável relativamente à média nacional do sector.

Grande parte do pessoal ao serviço nas empresas da CAE-151 (44,8%) pertence ao grupo de profissionais qualificados e altamente qualificados. No entanto, a percentagem de quadros médios e superiores (8,3%) é inferior à média do País e da região, o que posiciona o subsector negativamente. Comparativamente às empresas do subsector no País, verifica-se que a percentagem de profissionais qualificados e altamente qualificados é inferior no caso do Alentejo.

A qualificação do emprego nas empresas do Alentejo da CAE-152 é bastante fraca, uma vez que praticamente três quartos do pessoal ao serviço nessas empresas são profissionais não qualificados e semiqualeificados. A qualificação do subsector ao nível do País é também bastante débil, no entanto, encontra-se numa posição ligeiramente melhor do que no Alentejo.

Nas empresas da CAE-153 do Alentejo a maior parte do pessoal ao serviço também são profissionais não qualificados ou semiqualeificados (57,6%), sendo relativamente reduzida a percentagem de quadros médios superiores (7,2%) relativamente à média do País e da região. É de registar, que no Alentejo a percentagem de profissionais qualificados e semiqualeificados e de quadros médios e superiores é inferior relativamente às empresas do subsector no País.

Nas empresas da CAE-154 do Alentejo encontram-se ao serviço 10,2% de quadros médios e superiores, 41,7% de profissionais qualificados e altamente qualificados e 40% de profissionais não qualificados e semiqualeificados. Esta estrutura da qualificação do emprego apresenta alguma semelhança com a estrutura da região e do sector a nível nacional, apesar de também se posicionar abaixo da média do País.

No Alentejo as empresas da CAE-155 apresentam uma qualificação do emprego relativamente baixa, como se demonstra pela elevada percentagem de profissionais não qualificados ou semiqualeificados. A situação do sector em termos nacionais também não é muito diferente, apesar da percentagem de profissionais qualificados e semiqualeificados ser superior à do sector no Alentejo.

Na CAE 156, as empresas do Alentejo apresentam uma estrutura do emprego bastante qualificada. Cerca de 13,1% do pessoal ao serviço são quadros médios e superiores e 43,3% são profissionais qualificados e altamente qualificados. Esta estrutura da qualificação do emprego aproxima-se da média regional e é muito semelhante à média do sector no País.

As empresas da CAE-157 no Alentejo também apresentam uma estrutura da qualificação do emprego bastante favorável, i.e., com percentagens apreciáveis de quadros médios e superiores (13,9%) e de profissionais qualificados e altamente qualificados (49,4%). Tal como no caso anterior, a qualificação do emprego aproxima-se bastante da média regional e é muito semelhante à média do sector no País.

Nas empresas da CAE-158 do Alentejo uma grande parte do pessoal ao serviço (46,4%) pertence ao grupo de profissionais não qualificados e semiqualeificados. No entanto, a percentagem de quadros médios e superiores (12,1%) é próxima da média regional e idêntica à média nacional do sector.

5.4. Caracterização, diagnóstico e perspectivas de evolução do sector no Alentejo

Neste ponto do estudo efectua-se uma caracterização do sector da agricultura e agro-indústria, uma análise dos padrões de especialização das actividades que compõem esta fileira produtiva, assim como a apresentação das tendências de evolução do sector resultantes da aplicação da Política Agrícola Comum na região. Por fim, procede-se à análise das relações intersectoriais e das dinâmicas intra-sectoriais das actividades que compõem este sector como forma de identificar zonas de possibilidade de inovação, a partir do estudo das cadeias de valor, e das relações comerciais e tecnológicas intrínsecas a estas actividades produtivas.

5.4.1. Agricultura – caracterização do sector

O conjunto de alguns indicadores estruturais seleccionados das explorações e dos produtores agrícolas do Alentejo em dois anos de recenseamentos gerais da agricultura (RGA) e indicadores económicos de produção e rendimento para as médias trienais de dois períodos, entre 1986/88 e 1994/96 e de 1995/97 a 97/99 (devido à quebra da série nas contas económicas da agricultura publicadas pelo INE), que, em seguida, se apresentam permitem analisar e caracterizar a evolução do sector agrícola no Alentejo (ver Quadro 5-9).

Em 1999, estimava-se que existiam no Alentejo cerca de 36 mil explorações agrícolas que ocupavam uma área de cerca de 2,2 milhões de hectares. Cerca de 2,5 milhares de explorações do Alentejo (7% das do Alentejo e 0,6% das do País) utilizavam uma superfície agrícola de 1,3 milhões de hectares (cerca de 68 % da do Alentejo e 35,3 % da SAU do País).

O ritmo de abandono da agricultura no Alentejo de produtores agrícolas individuais, para utilizar a definição do RGA, acelerou-se entre 1989 e 1999, relativamente aos períodos anteriores, tendo deixado a agricultura cerca de 12,9 milhares de produtores individuais, ou seja, 27,3 por cento.

Há uma tendência para a diminuição do número de explorações de classes de área mais pequenas a favor das classes de maior dimensão. Os recenseamentos fornecem uma clara indicação de que o decréscimo substancial do número de explorações se deve às explorações de pequena dimensão. Conforme indica o quadro, a proporção do decréscimo do número de explorações por classes de áreas de dimensão crescente é sucessivamente menor até se verificar nas últimas classes de área consideradas, com áreas entre 100 e 200 e com mais de 200 hectares, um aumento do número de explorações.

A superfície agrícola utilizada (SAU) do Alentejo de cerca de 1,9 milhões representava mais de metade da SAU do País que se estimava em 3,7 milhões de hectares. Em 1999, a maior componente da SAU no Alentejo ainda era constituída por terras aráveis (cerca de 977 mil hectares), logo seguida pelas pastagens permanentes que representavam 40,8 por cento do total e que já se estimava ocupassem 785 mil hectares. A estrutura de utilização da terra no Alentejo alterou-se substancialmente em algumas das suas características fundamentais, parecendo apontar para uma clara tendência de extensificação com um aumento da terra em pastagens permanentes e uma diminuição da terra arável.

A população agrícola familiar do Alentejo (o conjunto de pessoas que fazem parte dos agregados domésticos dos produtores singulares quer trabalhem ou não na exploração e de outros membros da família que, não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas das explorações) era, em 1999, de cerca de 92 mil pessoas e representava aproximadamente 17,1% da população total estimada do Alentejo de cerca de 536 mil pessoas. A população agrícola familiar tem diminuído gradualmente, mas, entre 1989 e 1999, registou um decréscimo acentuado de cerca de 37 mil habitantes. A população residente no Alentejo também tem decrescido mas de forma muito mais moderada, tendo no mesmo período diminuído em 1,4 %.

QUADRO 5-11:

Indicadores Seleccionados da Agricultura do Alentejo

Indicadores Estruturais das Explorações e Produtores	Alentejo	
	1989	1999
População Total Residente (milhares)	543,4	535,8
População Agrícola Familiar	125,7	91,7
Número e por classes SAU (milhares explorações)	50,6	35,9
< 5 ha	30,0	18,2
5 < 20 ha	10,7	8,1
20 < 100 ha	5,9	5,3
> 100 ha	4,1	4,3
SAU e Composição (milhões hectares)	1,9	1,9
Terras aráveis	1,3	1,0
Culturas Permanentes	0,2	0,2
Pastagens permanentes	0,4	0,8
Natureza Jurídica (milhares de explorações)	48,7	35,9
Produtores singulares	47,3	34,4
Sociedades	1,3	1,3
Outras	0,1	0,1
Produtores Individuais (milhares)	47,3	34,4
menos de 35 anos	2,9	1,6
de 35 a 65 anos	28,5	18,0
Mais de 65 anos	15,9	14,8
Nenhum ou nível instrução básica	44,1	31,2
Nível instrução secundária	2,2	1,4
Nível instrução superior	0,9	1,8
Indicadores de produção, trabalho e rendimento (Taxas de Variação Anual em%)	Médias móveis	
	86/88 a 94/96	95/97 a 97/99
Valor da Produção Final (preços correntes a pm e pb)	2,9	1,9
Valor Acrescentado Bruto (preços correntes a pm e pb)	2,7	-2,5
Valor Acrescentado Líquido (preços correntes a pm e pb)	2,9	-5,5
Rendimento dos Factores (preços correntes a pm e pb)	8,7	-0,7
Volume de trabalho em Unidades Ano (UTAs)	-7,3	-2,7
Valor Acrescentado Líquido / UTA	11,0	-2,9

Fonte: Marques et al., 2002 e INE, Contas Económicas da Agricultura 1998 e 2001

A distribuição dos agricultores alentejanos por escalões etários seleccionados revela um progressivo envelhecimento, que naturalmente é comum à sociedade em geral mas que no caso da agricultura é particularmente acentuado. O processo de duplo envelhecimento, em termos relativos, dada a diminuição de produtores agrícolas registada, caracteriza a evolução da estrutura etária dos produtores individuais. A análise das diminuições relativas por sucessivas classes etárias, da menor para a faixa etária mais elevada, revela quebras percentuais cada vez menores iniciando-se nos 44,8% de decréscimo para a classe de menos de 35 anos, 36,8% para a classe intermédia dos 35 aos 65, até 6,9% para a classe de 65 anos e mais. Relativamente, são os mais jovens, por ventura por ainda terem oportunidade para o fazer em termos de alternativa profissional, que mais abandonam as suas explorações.

No Alentejo, em 1999, 90,7% dos produtores agrícolas individuais, ou seja, mais de 31 em 35 mil, tinham o ensino básico ou nenhum nível de instrução. Dos restantes, a maior parte, cerca de 5,3 por cento (mil e oitocentos), tinham curso superior, um terço dos quais na área agrícola, e aproximadamente 4% tinham formação secundária e técnica profissional. As alterações quanto ao nível de instrução dos produtores individuais reflectem tendências estruturais que se alteram muito lentamente. A primeira é a da grande redução do número de produtores individuais o que faz com que os produtores de nenhum e de nível de instrução básico tenham decrescido substancial e progressivamente mantendo, no entanto, em termos relativos um enorme peso no total. Verificou-se uma alteração na proporção destes dois níveis com o número de produtores com o nível de instrução básico a aumentar e o de nenhum nível a diminuir nos totais referidos. A segunda tendência é fruto do desenvolvimento do País nas últimas décadas e do fomento e acesso da população, em geral, primeiro, ao ensino secundário e, em seguida, ao ensino superior.

Dos cerca de 36 mil produtores do Alentejo, em 1999, apenas cerca de 4%, aproximadamente 1300, se constituíam como sociedades. A esmagadora maioria das explorações agrícolas do Alentejo, ainda cerca de 96 por cento, constituía-se, quanto muito, como empresário em nome individual. A tendência é a de rápido decréscimo do número de empresários em nome individual (particularmente de produtores singulares autónomos na terminologia do RGA). Assim, quer em termos absolutos quer em termos relativos, os indicadores apontam para um muito lento aumento de capacidade empresarial dos produtores do Alentejo.

A produção final a preços correntes cresceu muito moderadamente, a taxas anuais de 2,9 e 1,9% para os períodos avaliados entre 1986/88 e 1997/99. Estas taxas apontam para valores reais de aumento da produção muito reduzidas.

O rendimento dos agricultores, em termos brutos ou líquidos evoluiu a taxas anuais de crescimento de menos de 3% no primeiro período e a taxas negativas no segundo período considerado, o que em termos reais aponta para uma clara evolução desfavorável. O rendimento agrícola total registou muito provavelmente, por conseguinte, uma diminuição desde a integração na Comunidade Europeia.

Nos períodos considerados, o volume de trabalho na agricultura decresceu a taxas anuais de 7,3% e 2,7%. O volume total de trabalho utilizado na agricultura do Alentejo terá decrescido, entre 1986/88 e 1997/79, de mais de trinta mil unidades de trabalho ano (UTAs), de cerca de 78 para 47 mil, o que representa 40% do volume anteriormente empregue. Obviamente que, tendo em conta esta diminuição do volume de trabalho, os indicadores do rendimento por unidade de trabalho registaram acréscimos, durante o período em análise. A taxa anual de crescimento, ou seja, o aumento anual da retribuição do trabalho, situou-se ao nível dos dois dígitos, no primeiro dos períodos considerados, o que em termos reais aponta para ganhos muito razoáveis de produtividade por unidade de factor.

Os principais indicadores do sector agrícola do Alentejo evidenciam uma evolução socio-económica desfavorável relativamente à evolução global do sector em Portugal e à da economia portuguesa. Se é natural e desejável, num quadro de desenvolvimento, que a agricultura, em termos relativos, contribua com uma menor cota parte do Produto Interno, também é imprescindível que, em termos reais, esse

processo gere um ajustamento estrutural que se traduza num ritmo de crescimento sustentado dos indicadores globais de valor da produção do sector, ou seja, da contribuição da agricultura para esse processo de desenvolvimento, e de rendimento dos agricultores.

O ritmo de ajustamento estrutural do sector aumentou, conforme evidenciam os indicadores estruturais relativos aos produtores e às explorações agrícolas, com os necessários custos, nomeadamente de índole social, mas sem uma contrapartida do ponto de vista da sua competitividade global do sector, isto é, sem que da reestruturação profunda do sector tenha resultado um benefício económico, conforme mostram os indicadores económicos da produção e rendimento.

5.4.2. *Agro-Indústria – Caracterização do sector*

No Alentejo, em 2001, na agro-indústria existiam cerca de sete centenas de empresas que representavam cerca de 8,6% do universo no País, de aproximadamente oito mil e quinhentas empresas⁹. O pessoal ao serviço nessas empresas do Alentejo, de cerca de cinco mil e quinhentos trabalhadores, representava 5,4 % do total do País, pelo que as empresas de transformação alimentar no Alentejo são, em média, de menor dimensão.

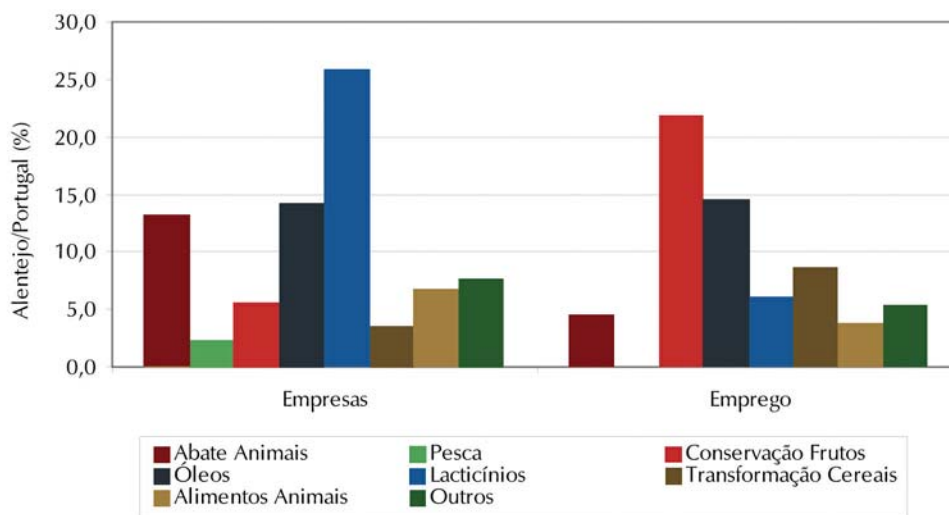
A análise por subsector revela que o número de empresas do Alentejo no total nacional é maior no caso das indústrias dos lacticínios, de produção de óleos e gorduras animais e vegetais e de abate de animais, preparação e conservação de carne e produtos à base de carne. No que se refere à contribuição da região em termos de emprego, as indústrias com maior relevo são as de conservação de frutos e de produtos hortícolas e também as de produção de óleos e gorduras animais e vegetais (Gráfico 5-6).

No que diz respeito ao valor das vendas das empresas no Alentejo, repartidas por subsector, (Gráfico 5-7:) verifica-se que a indústria de outros produtos alimentares foi a que apresentou um maior valor de vendas (59 milhões de euros), a que não está alheia a contribuição da empresa DELTA, seguida das indústrias de conservação de frutos e produtos hortícolas (43 milhões de euros), transformação de cereais e leguminosas (40 milhões de euros), produção de óleos e gorduras animais e vegetais (42 milhões de euros) e abate de animais, preparação e conservação de carne e produtos à base de carne (38 milhões de euros).

⁹ Embora com as limitações conhecidas dos dados do IEH de representação do universo, especialmente a nível regional e por grupo, nomeadamente para o Alentejo e grupos da Secção DA (Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco), da CAE-Rev2, são os disponíveis para caracterizar a agro-indústria do Alentejo.

GRÁFICO 5-6:

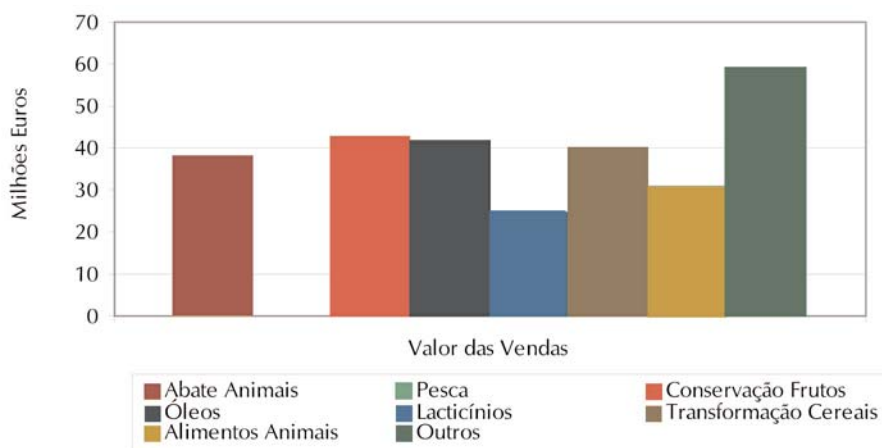
Peso do número de empresas no Alentejo por subsector de actividade, relativamente ao total nacional



Fonte: INE, Inquérito às Empresas, 2001

GRÁFICO 5-7:

Repartição do valor das vendas por subsector



Fonte: INE, Inquérito às Empresas, 2001

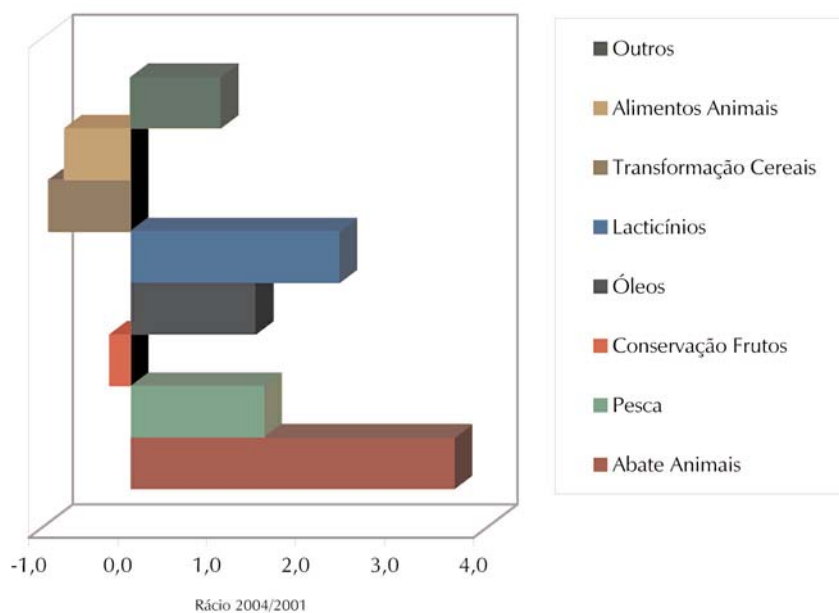
Quanto à evolução do número de empresas verifica-se, pelos dados disponibilizados pela DRAAL (2004), que ocorreu uma evolução positiva na indústria de abate de animais, preparação e conservação de carne

e produtos à base de carne, na transformação da pesca e da aquacultura, na de lacticínios e na produção de óleos e gorduras animais e vegetais (Gráfico 5-8). As indústrias dos grupos de transformação de cereais e de alimentos para animais registaram uma evolução desfavorável no número de empresas.

A distribuição das empresas agro-alimentares por uma diferente tipologia, que tem conta a natureza do negócio de agro-alimentar, é apresentada no (Gráfico 5-9). Como se pode concluir predominam as salsicharias, queijarias e os lagares de azeite.

GRÁFICO 5-8 :

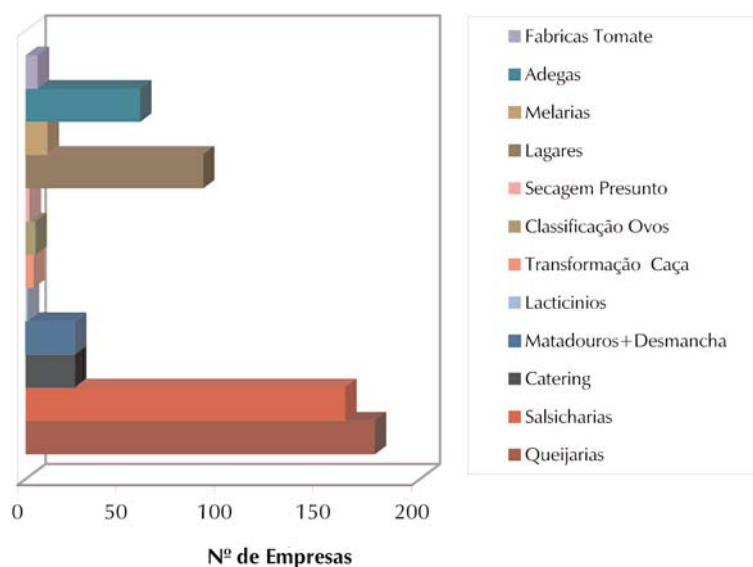
Empresas Agro-alimentares no Alentejo (Evolução 2004/2001)



Fonte: DRAL, 2004

GRÁFICO 5-9 :

Natureza das Agro-alimentares no Alentejo



Fonte: DRAAL, 2004

5.4.3. Padrões de especialização na Agricultura e na Agro-Indústria

No Quadro 5-11 apresentam-se os dados para o Alentejo do número de explorações e da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Orientação Técnico Económica (OTE)¹⁰. Com base no número de explorações calculou-se o quociente de localização, considerando o número de explorações em cada OTE na região e no País e o número total de explorações nestas duas localizações. A análise dos valores do quociente de localização e da distribuição da SAU permite identificar as OTE da produção agrícola em que o Alentejo apresenta uma maior especialização produtiva e também quais as OTE que apresentam, dadas as características da região e do seu tecido produtivo, maior potencial. Estas actividades, que se podem designar como actividades potenciais ou emergentes, podem constituir importantes vectores de inovação, tanto do lado da oferta de produto pelo impacto que têm nos mercados em termos de novos conceitos de produto, como do lado da procura de factores e de serviços

¹⁰ A OTE de uma exploração agrícola é determinada pelo peso relativo das Margens Brutas Padrão (MBP) das suas produções na MBP total dessa mesma exploração, sendo a MBP o resultado do balanço entre o valor da produção e os custos proporcionais à produção e cujo cálculo se baseia nos coeficientes padrão de uma dada actividade vegetal (€/ha) ou animal (€/cabeças)..

No Quadro 5-12 apresentam-se o quociente de localização e o número de explorações para as sete OTE objecto de estudo nas NUTS III do Alentejo.

Como se pode facilmente concluir, a agricultura do Alentejo apresenta uma clara especialização nas OTE cereais e plantas oleaginosas/proteaginosas, olivicultura, ovinos/caprinos/outros herbívoros, granívoros e bovinos para gado/carne, como demonstram os valores de quociente de localização superiores à unidade. As explorações agrícolas classificadas nessas cinco OTE representam mais de metade do total das explorações agrícolas (51%) e 46% da SAU.

QUADRO 5 – 12 :

Nº de explorações, SAU e Quociente de Localização por OTE no Alentejo

OTE	Nº Explorações	ha de SAU	Quociente localização	Nº Explorações na localização	SAU na localização
Cereais e plantas /proteaginosas	3859	316451	5,2	10,9%	16,5%
Culturas agrícolas diversas	1789	81153	0,7	5,0%	4,2%
Horticultura	1470	5612	1,4	4,1%	0,3%
Viticultura	1453	26601	0,4	4,1%	1,4%
Fruticultura	920	9579	0,4	2,6%	0,5%
Olivicultura	7805	62529	3,1	22,0%	3,3%
Culturas permanentes diversas	1538	21598	0,5	4,3%	1,1%
Bovinos de leite	162	7943	0,1	0,5%	0,4%
Bovinos para gado/carne	1083	216222	1,3	3,0%	11,3%
Bovinos para leite/gado/carne	119	6316	0,6	0,3%	0,3%
Ovinos/caprinos/outros herbívoros	4545	268760	2,2	12,8%	14,0%
Granívoros	992	17343	1,6	2,8%	0,9%
Policultura	3593	217896	0,5	10,1%	11,3%
Polipecuária-herbívoros	1090	141083	0,5	3,1%	7,3%
Polipecuária-granívoros	772	42633	1,3	2,2%	2,2%
Agricultura geral e herbívoros	1551	386248	1,1	4,4%	20,1%
Culturas diversas e gado	2799	93147	1,2	7,9%	4,8%
Total	35540	1921114	-	100%	100%

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do RGA de 1999

QUADRO 5-13:

Quociente de Localização e % do N^o de explorações por OTE e NUTS III do Alentejo

OTE	Quociente localização			N ^o de Explorações no Alentejo			
	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo
Cereais e plantas olea./proteaginosas	1,5	0,3	0,8	1,7	24,3%	9,6%	19,7%
Horticultura	0,6	2,3	0,5	0,2	10,3%	72,1%	12,9%
Viticultura	0,4	0,6	1,9	0,9	6,8%	18,4%	49,2%
Fruticultura	1,9	0,8	0,9	0,9	30,3%	23,8%	21,7%
Olivicultura	0,2	1,4	1,1	1,0	2,8%	42,4%	27,3%
Bovinos para gado/carne	1,9	0,9	1,1	0,5	30,8%	27,3%	28,5%
Ovinos/caprinos/outros herbívoros	1,2	0,7	1,0	1,2	18,3%	23,1%	26,4%
Granívoros	2,7	0,4	0,7	0,9	43,3%	12,7%	18,9%

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto, com base em dados do RGA de 1999

Também com quociente de localização superior à unidade aparecem as OTE da polipecuária-granívoros e agricultura geral e herbívoros. Nas explorações com OTE polipecuária-granívoros, o peso das várias espécies pecuárias de granívoros, como por exemplo suínos e aves, na MB é idêntica. O mesmo raciocínio deve ser feito no caso da OTE da agricultura geral e herbívoros, em que são frequentes as explorações em que os bovinos e/ou ovinos de carne e/ou os cereais contribuem da mesma forma para a MB da exploração. Se juntarmos as explorações dessas duas OTE com as cinco referenciadas como mais representativas do padrão de especialização da produção agrícola no Alentejo, detemos praticamente dois terços do potencial agrícola produtivo do Alentejo.

A OTE da horticultura e fruticultura, para além da viticultura (que não é objecto deste ponto do relatório), apesar de não ser representativa em termos do número de explorações e da SAU ocupada, tem registado um crescimento assinalável da produção, do seu valor e do investimento em tecnologia de produção. As actividades dessa OTE constituem potenciais vectores de inovação e de futura especialização da estrutura agrícola produtiva no Alentejo.

Para a indústria agro-alimentar, os padrões de especialização económica no Alentejo foram avaliados com base no quociente de localização, no número de estabelecimentos e no número de trabalhadores das CAE a três dígitos do subsector das indústrias alimentares e bebidas (CAE 15). O quociente de localização foi calculado com base no número de estabelecimentos, tendo em conta o rácio entre o peso da CAE em causa no total das indústrias alimentares e das bebidas no Alentejo e no País (ver Quadro 5-13).

Para cada CAE de especialização produtiva calculou-se o peso do número de estabelecimentos e do número de trabalhadores no Alentejo. Avaliou-se a distribuição do número de estabelecimentos e de trabalhadores em cada CAE ao nível das NUTS III (ver Quadro 5-14).

Tendo em conta os valores do quociente de localização superiores à unidade, verifica-se que o sector agro-alimentar do Alentejo é especializado nas seguintes CAE: abate de animais, preparação e conservação da carne (CAE-151); indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas (CAE -153); produção de gorduras animais e vegetais (CAR – 154); indústria de lacticínios (CAE – 155); e transformação de cereais e leguminosas, fabricação de amido, féculas e produtos afins (CAE – 156).

A noção de inovação põe ênfase na articulação e interdependência das relações económicas entre empresas e sectores, numa lógica de clusters e numa perspectiva de competitividade não custo. A criação de valor é o elemento essencial, pelo que o esforço deverá privilegiar os subsectores de especialização produtiva, o aprofundamento das relações inter-institucionais entre os vários agentes, os recursos, a complementaridade das suas valências e o capital humano. Nesta perspectiva, estabeleceram-se cinco principais subsectores regionais da agricultura e dos recursos agro-alimentares com base no destino dos principais produtos agrícolas, que integra a complementaridade da produção das matérias-primas das OTE dominantes na estrutura agrícola produtiva do Alentejo e a sua transformação nas indústrias agro-alimentares da CAE - 15 (ver Quadro 5-15).

Os subsectores identificados são: **a produção e a transformação de cereais e afins** que integra as agro-indústrias da CAE - 156 com as explorações agrícolas da OTE cereais e plantas oleaginosas / proteaginosas; **a produção de carnes e produtos derivados** que inclui as agro-indústrias da CAE – 151 e as explorações com a OTE bovinos para gado de carne, com a OTE ovinos/caprinos e outros herbívoros e com a OTE granívoros; **a produção e transformação de produtos hortícolas e frutícolas** que integra as agro-indústrias da CAE – 153 com as explorações agrícolas da OTE fruticultura e da OTE horticultura; **a produção de leite e de derivados** que integra as agro-indústrias da CAE - 155 com uma parte das explorações da OTE ovinos/caprinos e outros herbívoros; e por último **a produção de azeite** que inclui as agro-indústrias da CAE – 154 e as explorações agrícolas da OTE olivicultura.

QUADRO 5 – 16 :

Principais subsectores da agricultura e dos recursos agro-alimentares no Alentejo

OTE de origem	CAE de destino	Subsector da agricultura e dos recursos agro-alimentares
Cereais e plantas oleaginosas/proteaginosas	CAE – 156: Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos féculas e produtos afins	Produção e transformação de cereais e afins
Bovinos para gado de carne; Ovinos/caprinos/outros herbívoros; Granívoros	CAE – 151: Abate de animais; preparação e conservação de carnes e de produtos à base de carne	Produção de carne e derivados
Horticultura; Fruticultura	CAE – 153: Indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas	Produção e transformação de produtos hortícolas e frutícolas
Ovinos/caprinos/outros herbívoros	CAE – 155: Indústria de lacticínios	Produção de leite e derivados
Olivicultura	CAE – 154: Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	Produção de azeite

Fonte: Elaborado pela equipa de projecto

Produção e transformação de cereais e afins

A produção de cereais é a principal fonte de rendimento em 11% das explorações e 17% da SAU. A sua produção assume maior importância na NUTS III do Baixo Alentejo, onde se concentram 46,4% das explorações com a OTE de cereais e plantas oleaginosas/proteaginosas. No Alentejo Litoral e no Alentejo Central situam-se cerca de 24,3% e 20% das explorações com essa OTE e no Alto Alentejo são apenas 10%. Em geral, a produção de cereais está muito associada ao aproveitamento dos bons solos agrícolas e também do regadio. No Alentejo Litoral a produção de cereais verifica-se sobretudo nas zonas tradicionais da produção de arroz.

Quanto à transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, féculas e produtos afins (CAE 156), ela representa 2% dos estabelecimentos e 5% do emprego das indústrias alimentares e das bebidas no Alentejo. Esta indústria concentra a sua actividade na NUTS III Alentejo Litoral, onde estão localizados 60% dos estabelecimentos e 64% dos trabalhadores. No Alentejo Central também existe uma actividade importante, que representa cerca de 30% dos estabelecimentos e do número de trabalhadores na CAE 156.

No Alentejo Litoral a actividade da CAE-156 está sobretudo associada ao descasque de arroz, onde também existe uma especialização agrícola produtiva. Os estabelecimentos do Alentejo Central dizem principalmente respeito à moagem de cereais.

Produção de carne e derivados

A produção de carne no Alentejo assenta maioritariamente na exploração das espécies pecuárias de bovinos, ovinos e caprinos e suínos.

A OTE dos bovinos para gado/carne representa 3,3% das explorações e 11% da SAU no Alentejo. Em termos da produção global de bovinos de carne, esses números deverão ser mais elevados, uma vez que uma parte desta produção deverá constar também nas OTE de polipecuária-herbívoros, culturas diversas e gado e agricultura geral e herbívoros. As NUTS III do Alentejo Litoral e do Alentejo Central apresentam os valores superiores para o quociente de localização. Nestas NUTS III encontram-se, respectivamente, 16% e 25% das explorações desta OTE. No entanto, apesar do grau de especialização ser inferior, trata-se de uma opção produtiva também com grande importância na economia agrícola do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo, onde estão localizadas 31% e 27% das explorações de bovinos de carne.

A OTE dos ovinos/caprinos/outros herbívoros, em que os ovinos de carne são claramente a espécie com maior expressão, representa no total do Alentejo 13% das explorações e 14% da SAU. Em muitos casos, a produção de ovinos e/ou caprinos é uma actividade secundária ou complementar a outras OTE, estando associada ao aproveitamento dos subprodutos dos cereais (palhas e restolhos).

É nas NUTS III do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo que os valores obtidos para os quocientes de localização mais evidenciam a especialização produtiva das explorações agrícolas na OTE dos ovinos/caprinos/outros herbívoros. Nessas NUTS concentram-se, respectivamente, 18% e 32% das explorações da OTE na região. No Alto Alentejo e no Alentejo Central a importância dos ovinos no perfil produtivo é menos acentuada, mas o número de explorações com esta especialização produtiva é elevado, sendo face ao total da região de 23%, no primeiro caso, e de 26% no último caso.

Na produção de granívoros inclui-se a exploração das espécies pecuárias não herbívoras e de que os suínos e as aves são os mais representativos no Alentejo. Estas produções geralmente estão associadas a sistemas de produção intensivos que requerem não só elevados investimentos em fundo de maneio, como também pesados investimentos em capital, nomeadamente em instalações e equipamentos para estabulação dos animais.

Os suínos e as aves registaram um desenvolvimento muito importante na década de noventa. Na origem desse processo de desenvolvimento esteve um forte crescimento da procura e a melhoria da competitividade de alguns factores de produção. A melhoria das condições de vida das famílias portuguesas foi a principal alavanca da procura de bens alimentares de origem animal a bom preço. No Alentejo há também sistemas extensivos de exploração de suínos associados ao montado para produção de carne e de fumados de elevada qualidade. A exploração extensiva do porco alentejano é uma actividade com longa tradição na região, apesar de ter estado interrompida num passado recente devido a problemas de ordem sanitária. Esta produção, têm vindo a crescer e afirmar-se como uma alternativa estratégica de valor acrescentado para o aproveitamento das zonas de montado.

Quanto ao abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (CAE 151), esta actividade representa 8% dos estabelecimentos e 14% do emprego das indústrias alimentares e das bebidas no Alentejo. A sua importância faz-se sentir principalmente no Alentejo Central, onde se situam mais de 40% dos estabelecimentos e do emprego da CAE 151 na região. A sua importância é também acentuada no Baixo Alentejo e no Alto Alentejo, com percentagens relativamente elevadas do

número de estabelecimentos e de trabalhadores da CAE 151 nestas NUTS, maior no primeiro caso, na segunda das variáveis, e, no caso do segundo, na primeira das variáveis, o que permite concluir que os estabelecimentos da CAE 151 no Baixo Alentejo deverão ter em média dimensão superior.

Produção e transformação de produtos hortícolas e frutícolas

A OTE da horticultura apresenta para o Alentejo um quociente de localização superior à unidade, o que denota alguma especialização produtiva da região nestas culturas. As explorações agrícolas classificadas nesta OTE representam 4,1% do total das explorações do Alentejo, mas apenas 0,3% da SAU, o que permite concluir que na sua maioria se tratam de unidades de produção de reduzida dimensão.

Mais de dois terços (72%) das explorações da OTE da horticultura no Alentejo localizam-se na NUTS III do Alto-Alentejo. Nas restantes NUTS III o número de explorações com esta OTE é muito inferior.

Na fruticultura o Alentejo não apresenta, de acordo com o número de explorações nesta OTE, uma evidente especialização produtiva. Em relação ao total do Alentejo, o número de explorações com a OTE da fruticultura é apenas de 2,6% e a SAU 0,5%. A NUTS III do Alto Alentejo apresenta o maior grau de especialização produtiva, com 30% das explorações com esta OTE. As restantes NUTS III do Alentejo detêm cada uma pouco mais de um quinto dessas explorações.

No que respeita à transformação, cerca de 5% dos estabelecimentos e 12% do emprego das indústrias alimentares e das bebidas no Alentejo, pertencem à indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas (CAE 153). Esta actividade tem um peso relativo elevado no sector regional em termos de emprego. A NUTS III do Alto Alentejo detém a maior percentagem do número de trabalhadores da CAE 153 no Alentejo (57%) e uma parte significativa dos estabelecimentos (40%). Nas restantes NUTS a actividade também se reveste de alguma importância, uma vez que representa cerca de um quinto dos estabelecimentos e mais de 10% do emprego na CAE 153. A distribuição dessas variáveis na CAE 153, indica que para além da actividade estar mais difundida no Alto Alentejo, os seus estabelecimentos são, em média, de dimensão superior aos das restantes NUTS III.

Produção de leite e derivados

Com cerca de 10% dos estabelecimentos e do emprego das indústrias alimentares e das bebidas no Alentejo, a indústria de lacticínios (CAE 155) tem uma forte implantação na região e está sobretudo associada à transformação de leite de ovelha. A maior parte dos estabelecimentos estão localizados no Alentejo Central (63%), embora uma percentagem semelhante do emprego esteja localizada na NUTS III do Alto Alentejo. O elevado peso do emprego da CAE-155 no Alto Alentejo, não se deve a uma eventual diferença da estrutura produtiva das unidades de transformação de leite de ovelha, mas à existência da empresa Serra Leite, que é uma importante estrutura de transformação de leite de vaca à escala nacional.

As indústrias de lacticínios localizam-se principalmente nas zonas mais especializadas na produção de ovinos e caprinos. Na produção de leite para queijos com nome protegido, o agricultor está sujeito a um

caderno de encargos. Os investimentos agrícolas são mais elevados e diversificados do que na produção de carne de ovino, representando as instalações e os equipamentos da recolha e da higiene do leite uma parte considerável do esforço financeiro.

Produção de azeite

A olivicultura é a principal fonte de rendimento em cerca de um terço das explorações agrícolas do Alentejo, no entanto em termos de OTE representa somente 3,3% da SAU. A produção concentra-se sobretudo no Alto Alentejo, onde se situam 42,4% das explorações com esta OTE. Nas NUTS do Alentejo Central e do Baixo Alentejo, em cerca de um quinto das explorações a olivicultura é a principal fonte de rendimento. De uma forma geral, a olivicultura concentra-se nas zonas demarcadas de produção de azeite com denominação protegida, nomeadamente, os Azeite do Norte Alentejano no Alto Alentejo, os Azeites do Alentejo Interior no Alentejo Central e o Azeite de Moura no Baixo Alentejo.

A produção de óleos e gorduras animais e vegetais (CAE 154), representa 7% dos estabelecimentos e 4% do emprego das indústrias alimentares e das bebidas no Alentejo. A sua importância é grande por todo o Alentejo interior. Na NUTS III do Alentejo Central estão 45% dos estabelecimentos e 29% do emprego na CAE 154. Estas percentagens, são também elevadas nas NUTS do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo, sendo especialmente superior o valor do emprego no Baixo Alentejo para o total da CAE (45%). A distribuição do número de estabelecimentos e do emprego reflecte a existência de unidades de produção de maior dimensão no Alentejo Central e de menor dimensão no Baixo Alentejo.

A CAE 154 no Alentejo está sobretudo associada à produção de óleos e gorduras brutas, ou seja à transformação de azeitona em azeite. Existe uma clara ligação entre as zonas de produção agrícola de olivicultura e a localização das unidades de produção de azeite e que é particularmente reforçada nas zonas demarcadas de produção de azeite com nome protegido. Estes azeites de forma geral auferem de uma forte imagem no mercado, a que não são alheias as boas características do produto como óleo alimentar e a sua proveniência do Alentejo.

5.4.4. Principais tendências nos sectores da agricultura e agro-alimentar

Nos últimos 10 anos têm-se assistido a uma redução generalizada da área de cereais no Alentejo, que não é mais do que o reflexo da baixa competitividade da região nessas produções. Essa falta de competitividade é motivada sobretudo por um elevado custo de produção por tonelada, decorrente das baixas produtividades dos solos ou dos elevados investimentos em capital e tecnologia necessários de realizar para fazer face a algumas adversidades edáfo-climáticas.

A situação actual atrás descrita no que respeita a níveis de rendimento, produtividade e padrões de especialização a nível intra-regional, não pode contudo ser dissociada dos fortes ajustamentos estruturais no quadro da PAC a que, sobretudo o sector da agricultura, tem sido sujeito.

Até ao início da década de noventa a PAC garantiu preços institucionais elevados que nada tinham a ver com os preços do mercado mundial. Em 1992, com a primeira reforma da PAC, surge a primeira tentativa de alinhar os preços institucionais da UE com os preços internacionais e em que as principais alterações se pautaram pela compensação parcial da descida dos preços dos cereais, oleaginosas e proteaginosas, através de ajudas directas em função da área cultivada e da produtividade histórica de referência, e pelo congelamento da produção através da retirada obrigatória de terras de cultivo. A segunda reforma da PAC ocorrida em 2000 reforça a componente de ajudas ao rendimento bem como a importância do desenvolvimento rural. Na última reforma da PAC, aprovada em 2003, as ajudas aos cereais passam a estar completamente desligadas da produção e o desenvolvimento rural e as questões do ambiente e da segurança alimentar passam a constituir, conjuntamente com a política de mercados os três grandes pilares dessa política. Esse processo de descida dos preços e de desligamento sucessivo das ajudas das quantidades efectivamente produzidas tem levado a que os rendimentos dos produtores se formem mais pela via dos apoios institucionais do que pela via dos mercados.

De certa forma compreende-se que seja natural e desejável, num quadro de desenvolvimento geral da economia, que a agricultura contribua em termos relativos, com uma menor cota parte do Produto Interno. Contudo é também imprescindível que, em termos reais, esse processo de ajustamento estrutural da Agricultura se traduza num crescimento sustentado da competitividade do sector. Ora o que se tem passado é que o ajustamento tem progredido, com os necessários custos de índole social, mas sem uma contrapartida do ponto de vista da competitividade global do sector, isto é, sem que da reestruturação profunda do sector tenha resultado um benefício económico.

O contributo fundamental para que da transformação estrutural desejada não tenham vindo reais benefícios económicos e sociais veio da PAC. Suportando artificialmente os rendimentos dos agricultores pelo lado das receitas e incentivando, a diminuição de utilização de factores variáveis e ajustamento dos aparelhos de produção das empresas agrícolas, logo do decréscimo da despesa, promoveu-se um ajustamento estrutural rápido, facilmente demonstrado por vários indicadores relativos às explorações, produtores, trabalho e população agrícolas. A grande questão é que ainda não conhecemos todos os custos desse ajustamento artificial. Por outras palavras, os indicadores de produção e de rendimento indicam que apesar do ajustamento já conseguido, não se verificou um correspondente aumento da competitividade da agricultura portuguesa. Ou seja, as empresas agrícolas reestruturaram os seus processos à custa de novos sistemas e aparelhos de produção e em resposta às medidas de política agrícola, nomeadamente os pagamentos compensatórios, mas não reestruturaram os seus produtos delineando novas estratégias face à necessidade de futuramente terem de competir num mercado europeu e global.

Os anos de aplicação destes pagamentos conduziram a uma cada vez maior e quase exclusiva dependência desses apoios sem qualquer contrapartida real. Os subsectores em que são aplicados estes instrumentos são precisamente os mais estagnados, aqueles onde há menos inovação e onde a eficácia da utilização destes fundos é cada vez menor, promovendo cada vez menos a produtividade real, por essa razão, constituindo uma maior parte do rendimento dos agricultores.

Há ainda, no entanto, outro tipo de efeitos de natureza indirecta, que resultaram da aplicação destes instrumentos e do seu nível de apoio relativamente a diferentes subsectores e a diferentes medidas de apoio existentes.

Como é sabido, a PAC, no que respeita ao apoio dos mercados, sempre privilegiou determinados produtos (nomeadamente cereais, bovinos e leite) relativamente a outros (por exemplo, frutas, legumes,

azeite e vinho), o que faz com que o apoio comunitário aos países, regiões e produtores varie consoante a estrutura produzida beneficiando países, regiões e produtores que produzem produtos agrícolas que beneficiam de apoios substanciais e penalizando países, regiões e produtores cuja estrutura de produção não seja primordialmente baseada nesses produtos (Avillez, 1998). A atribuição dos pagamentos directos a algumas produções tendeu a manter a afectação de recursos e a impedir a necessária reconversão produtiva para actividades mais competitivas e com maior valor acrescentado. Isto é: os pagamentos directos adoptados com a reforma da PAC nos subsectores mais apoiados reforçaram a orientação para sectores subsidiados impedindo a reorientação da produção para produtos com mercados mais atractivos mas com menos apoios. Essa possibilidade era particularmente relevante quando, simultaneamente, o sector dispunha de ajudas estruturais ao investimento para se reconverter a favor de produções com vantagens competitivas potenciais.

Também de gravidade foram as implicações destes elevados apoios em termos de sustentabilidade dos sistemas de produção pois contrariaram o desenvolvimento e a eficácia da aplicação das políticas e da aplicação de fundos para desenvolvimento rural, nomeadamente as medidas agro-ambientais. Dada a relativa desproporção dos apoios à garantia relativamente aos apoios proporcionados por medidas e acções de natureza agro-ambiental, como por exemplo a adopção de tecnologias de conservação do solo nomeadamente mobilização mínima ou reduzida, estas medidas têm pouco interesse económico para o agricultor que as considera marginais desse ponto de vista e dirige a sua atenção objectivamente para questões de gestão com maior impacto económico de curto prazo na sua exploração agrícola.

O empreendimento de fins múltiplos do Alqueva poderá constituir no futuro um importante vector de desenvolvimento e de inovação do sector agrícola e dos recursos agro-alimentares no Alentejo. O potencial aproveitamento hidro-agrícola prevê o regadio de 110 mil hectares, o que apesar de não representar mais de 6% da superfície agrícola utilizada na região, representa uma duplicação da área do regadio, e que será instalado nos melhores solos do Alentejo. A dimensão regional e sub-regional do empreendimento será determinante para valorizar e desenvolver os factores de reformulação do modelo de produção agrícola e agro-alimentar, que se deverá posicionar preferencialmente na produção, transformação e comercialização concorrencial de produtos de valor acrescentado compatíveis com as crescentes exigências dos mercados, mas também deverá, simultaneamente, promover o aproveitamento racional e sustentável dos recursos da região, destacando-se também aqui o papel que poderá vir a desempenhar o sector do turismo.

5.5. Análise das Relações Intersectoriais numa óptica de cadeia de valor

O estudo das relações de cadeia de valor¹¹ que a Agricultura, em sentido lato (considerada, para efeito desta análise, como o somatório do Ramo 1 e 2) revela a montante da sua actividade com outros sectores (fornecedores), permite aferir a existência de uma intensidade relacional com a CAE 157 (alimentos

¹¹ Encontra-se no "ANEXO CAE" uma designação detalhada das CAE utilizadas neste exercício.

compostos para animais), a qual representa 42,5% do total de compras dos ramos agrícolas, o que se justifica pelas ligações de alimentos afectas à produção animal. Se a este facto, juntarmos as relações que a Agricultura estabelece com os adubos e compostos azotados (CAE 2415), pesticidas e outros produtos agroquímicos (242), trabalhos de construção (45), bebidas alcoólicas destiladas (1591), torna-se possível aquilatar o peso importante que os fornecimentos intermédios possuem para a actividade agrícola, ao serem responsáveis por mais de 56% do total de compras dos ramos agrícolas.

A Agricultura evidencia, também, ligações a actividades de matérias-primas cujo enfoque é predominantemente energético – 2325 (gasóleo combustível), 40102 (electricidade (transportada e distribuída) e respectivos serviços), 2323 (Gás - propano e butano - combustível) –, ou seja, cerca de 8% dos produtos que o sector agrícola adquire para efeitos de incorporação no seu ciclo produtivo correspondem a materiais da fileira energética que deverão estar relacionados com a operacionalização das máquinas agrícolas e equipamentos de criação e exploração de pecuária (electricidade), com o aquecimento das estufas e processos de secagem (gás) e com o funcionamento das alfaías mecânicas agrícolas, como por exemplo os tractores (gasóleo).

A Agricultura revela apenas uma ligação a montante com fornecedores de equipamento, mais precisamente com a CAE 2932 (outras máquinas para a agricultura, pecuária e silvicultura), a qual advém da estreita dependência que as actividades agrícolas revelam ao nível dos utensílios de trabalho e das máquinas e equipamentos necessários ao seu processo produtivo. Esta relação próxima estende-se, com o desenrolar do ciclo de vida dos equipamentos, a outras articulações relacionais com serviços de comercialização, mais precisamente, ao nível dos serviços de manutenção e reparação de veículos automóveis e de motociclos (50012), os quais correspondem a 4% das compras agrícolas.

Do ponto de vista dos serviços complementares prestados na cadeia de fornecimentos da Agricultura, regista-se a importância dos serviços de transporte rodoviário de mercadorias em veículos especialmente adaptados (CAE 6024) que são responsáveis por 1,2% das compras efectuadas por este sector, estando este serviço relacionado com o transporte de rações, de animais e de produtos agrícolas entre regiões.

Os serviços de suporte empresariais – CAE 741 (serviços jurídicos, contabilísticos, de auditoria, de consultoria fiscal, de estudos de mercado) – registam, por seu turno, um peso de 1,2% nas compras da Agricultura, quer por razões associadas a aspectos administrativos e legais, transversais à actividade empresarial, quer, em alguns casos, com estratégias de acréscimo de competitividade (estudos de mercado).

Se atentarmos às relações intra-sectoriais que o sector agrícola exhibe, constatamos, a montante, que as compras se concentram em produtos como: 011126 (produtos forrageiros e palhas), 0113012 (outras uvas, frescas), 0111112 (milho-grão), 0111111 (trigo duro, trigo mole e mistura de trigo e centeio), 0112022 (plantas vivas; sementes de flores e frutos; sementes de produtos hortícolas). No seu conjunto, estas relações de compra dentro do próprio sector são responsáveis por 17% do total das compras agrícolas.

A jusante, a Agricultura vende principalmente ao ramo 15 (indústrias alimentares e das bebidas), que é, por excelência o canal de escoamento da sua produção e representa 63% das suas vendas, e aos ramos 20 (indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de espartaria

e de cestaria) e 21(fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos), fundamentalmente a parte da silvicultura e exploração florestal, representando ambos 14% das suas vendas. A agricultura estabelece ainda relações de mercado com o ramo 55 (alojamento e restauração - restaurantes e similares) e 85 (saúde e acção social), os quais constituem outro grande canal de escoamento da produção agrícola, e com o ramo 17 (fabricação de têxteis), indústrias estas que recebem a lã dos animais criados pelos agricultores.

Por último, note-se que o sector agrícola patenteia um nível de vendas intra-sectoriais de 9,4% das suas vendas com o ramo 01 (agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados), evidenciando assim, alguns traços de complementaridade entre as actividades agrícolas.

QUADRO 5-17

Sectores Fornecedores e Sectores Clientes da Agricultura

Actividades a Montante (Sectores Fornecedores)				A G R I C U L T U R A	Actividades a Jusante (Sectores Clientes)		
		Principais Produtos	Peso dos Produtos nas Compras dos Ramos 1 e 2		Principais Ramos	Peso dos Ramos nas Vendas da Agricultura	
Bens	MP	2325	4,69%		15	63,1%	
		40102	1,73%		20	10,3%	
		2323	1,20%		55	5,5%	
	FI	157	42,53%		17	5,2%	
		2415	6,47%		21	3,8%	
		242	4,66%		85	1,3%	
		45	1,43%				
FE	1591	1,18%					
	2932	1,61%					
Serviços	SC OM	50012	3,86%				
	SSE	741	1,21%				
	SC	6024	1,18%				
Relações Intra-sectoriais (Actividades de Compra)				Relações Intra-sectoriais (Actividades de Venda)			
Principais Produtos		Peso dos Produtos nas Compras dos Ramos 1 e 2		Principais Ramos		Peso dos Ramos nas Vendas da Agricultura	
011126		5,22%		01		9,4%	
0113012		4,87%					
0111112		3,23%					
0111111		2,22%					
0112022		1,41%					

Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados do QRE.

Tendo como universo de referência os produtos que, de acordo com as relações identificadas pelo QRE, se situam a montante da Agricultura, constata-se que nenhum deles cumpre simultaneamente os três critérios definidos – especialização, relevância regional e relevância nacional – em qualquer das regiões NUTS III do Alentejo. Verifica-se ainda que apenas 5 classes de produtos cumprem, em simultâneo, dois dos critérios definidos – especialização e relevância regional – e apenas em duas regiões NUTS III, designadamente, o gásóleo combustível (2325)¹², as plantas vivas; sementes de flores e frutos, sementes de produtos hortícolas (0112022) e o gás (propano e butano) combustível (2323), no Alentejo Litoral, e trigo duro, trigo mole e mistura de trigo e centeio (0111112) e milho-grão (0111111), no Baixo Alentejo.

De salientar também que, somente as classe de produtos 011126 (produtos forrageiros e palhas), 0111112 (plantas vivas; sementes de flores e frutos, sementes de produtos hortícolas) e 0111111 (trigo duro, trigo mole e mistura de trigo e centeio) cumprem pelo menos um dos critérios na totalidade das quatro NUTS III alentejanas, sendo seguidas, em termos de grau de abrangência, pela electricidade, transportada e distribuída, e respectivos serviços (40102) – que cumpre um dos critérios nas regiões do Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo – e pelos serviços de transporte rodoviário de mercadorias em veículos especialmente adaptados (6024) – que cumpre um dos critérios nas regiões do Alentejo Litoral, Alto Alentejo e Alentejo Central.

No que se refere aos ramos, que segundo o QRE, se situam a jusante da Agricultura, é possível aferir que apenas o ramo 01 (agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados) cumpre os três critérios nas quatro NUTS III do Alentejo. Saliente-se, igualmente que o ramo 55 (alojamento e restauração) e o ramo 85 (saúde e acção social) cumprem os três critérios, no Alentejo Litoral, Alto Alentejo e Baixo Alentejo, no primeiro caso, e no Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, no segundo caso. O ramo 21 (fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos), por seu turno, não cumpre nenhum dos critérios em qualquer das 4 regiões alentejanas.

¹² *Recorde-se que a falta de relevância nacional destas actividades se deve apenas ao facto desta indústria ser, claramente, capital intensiva e por isso, não obstante a sua grande importância ao nível nacional quando avaliado o peso em valor, apresenta níveis de emprego relativamente baixos.*

QUADRO 5-18 :

O Peso dos Produtos a Montante e dos Ramos a Jusante da Agricultura nas NUTS III do Alentejo (% do emprego do sector)

Produtos QRE a Montante (ordem decrescente de importância)		CAE 5d	Alentejo Litoral			Alto Alentejo			Alentejo Central			Baixo Alentejo		
Produtos	Peso (%)		QL	Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País
157	42,53%	15700	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
2415	6,47%	24150	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
011126	5,22%	1112	14,6	0,6%	0,0%	5,9	0,2%	0,0%	3,6	0,1%	0,0%	3,5	0,1%	0,0%
0113012	4,87%	1130	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	39,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
2325	4,69%	23200	31,9	2,7%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
242	4,66%	24200	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	1,1	0,0%	0,0%
50012	3,86%	50000	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	42,4	0,1%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
0111112	3,23%	1111	5,5	0,1%	0,0%	7,5	0,1%	0,0%	2,9	0,1%	0,0%	55,4	1,0%	0,0%
0111111	2,22%	1111	5,5	0,1%	0,0%	7,5	0,1%	0,0%	2,9	0,1%	0,0%	55,4	1,0%	0,0%
40102	1,73%	40102	0,9	0,3%	0,0%	1,3	0,4%	0,0%	1,1	0,4%	0,0%	2,1	0,7%	0,0%
2932	1,61%	29320	0,2	0,0%	0,0%	0,8	0,1%	0,0%	2,7	0,3%	0,0%	1,0	0,1%	0,0%
45	1,43%	45000	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
0112022	1,41%	1120	14,3	1,5%	0,0%	0,1	0,0%	0,0%	1,5	0,2%	0,0%	0,9	0,1%	0,0%
741	1,21%	74100	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
2323	1,20%	23200	31,9	2,7%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
1591	1,18%	15910	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
6024	1,18%	60240	0,6	1,0%	0,0%	0,8	1,3%	0,0%	0,7	1,1%	0,0%	0,4	0,7%	0,0%
Ramos QRE a Jusante (ordem decrescente de importância)		Ramos	Alentejo Litoral			Alto Alentejo			Alentejo Central			Baixo Alentejo		
Ramos	Peso (%)		QL	Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País
15	63,08%	15	1,3	4,2%	0,0%	2,5	7,7%	0,1%	1,6	4,9%	0,1%	1,5	4,6%	0,0%
20	10,33%	20	0,8	1,2%	0,0%	1,3	2,0%	0,0%	0,8	1,2%	0,0%	0,4	0,6%	0,0%
01	9,41%	01	6,2	9,6%	0,1%	7,1	11,1%	0,1%	8,9	13,8%	0,2%	11,0	17,2%	0,1%
55	5,47%	55	1,7	12,0%	0,1%	1,1	7,8%	0,1%	0,9	6,6%	0,1%	1,0	6,8%	0,1%
17	5,16%	17	0,0	0,0%	0,0%	0,7	2,4%	0,0%	0,2	0,8%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
21	3,82%	21	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,6	0,3%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
85	1,27%	85	1,5	5,9%	0,0%	2,3	9,2%	0,1%	1,5	6,2%	0,1%	2,1	8,4%	0,1%

Critérios	Legenda
<ul style="list-style-type: none"> ▪ QL > 1 ▪ Peso do Emprego do Sector na Região ≥ 1% ▪ Peso do Emprego do Sector na Região no Total Nacional ≥ 0,05% 	<ul style="list-style-type: none"> Quando um dos critérios é cumprido. Quando dois dos critérios são cumpridos. Quando os três critérios são cumpridos.

Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados do QRE.

O estudo das relações de cadeia de valor que as Indústrias Agro-alimentares (consideradas, para efeito desta análise, idênticas ao Ramo 15 - Indústrias alimentares e das bebidas) estabelecem a montante da sua actividade com outros sectores (fornecedores), permite aferir a existência de uma intensidade

relacional muito acentuada com tipos de produtos que constituem matérias-primas para a sua actividade. Com efeito, as matérias-primas representam, aproximadamente, 37% das compras das indústrias alimentares servindo de inputs para a:

- ▶ CAE 151 (Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne) – através dos produtos 0123 (suínos, vivos), 012401 (aves de capoeira, vivas), 0121011 (gado bovino, vivo, adulto), 0122011 (ovinos vivos);
- ▶ CAE 153 (Indústria da conservação de frutos e de produtos hortícolas) – através dos produtos 0113012 (outras uvas, frescas);
- ▶ CAE 154 (Produção de óleos e gorduras animais e vegetais – através dos produtos 011123 (sementes e frutos oleaginosos) e 01130240022 (azeitonas para produção de azeite);
- ▶ CAE 155 (Indústria dos lacticínios) – através dos produtos 012102 (leite de vaca em natureza) e 012202 (leite de ovelha e cabra);
- ▶ CAE 156 (Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, féculas e produtos afins) – através dos produtos 0111112 (trigo duro, trigo mole e mistura de trigo e centeio) e 0111111 (milho-grão);
- ▶ CAE 158 (Fabricação de outros produtos alimentares) – através dos produtos 011343 (café, chá e cacau não transformados).

Nesta análise das relações a montante das indústrias agro-alimentares, torna-se ainda possível aquilatar o peso importante que os fornecimentos intermédios e os serviços de suporte empresarial detêm enquanto sectores fornecedores, ao representarem, respectivamente, 7,1% e 6,7% das compras das Indústrias Agro-alimentares. Destacam-se, nos inputs intermédios, sobretudo, os artigos de papel e cartão (212), as embalagens de matérias plásticas (2522), as embalagens metálicas ligeiras (CAE 2872), e o vidro de embalagem e cristalaria (CAE 2613), todos eles classes de produtos relacionados com o acondicionamento e embalagens dos produtos produzidos. Nos serviços de suporte empresariais, por seu turno, distinguem-se a publicidade (744) e os serviços jurídicos, contabilísticos, de auditoria, de consultoria fiscal, de estudos de mercado (741), estando a primeira associada a tentativas de conquista de consumidores no exigente mercado de distribuição alimentar e os segundos a estratégias de acompanhamento do mercado.

As Indústrias Agro-alimentares revelam, igualmente, um intenso nível de relações intra-sectoriais uma vez que cerca de 26% das suas compras correspondem a fluxos dentro do próprio sector, cujo conteúdo se reveste de produtos como: 15511 (leite e natas), 15411 (óleos, gorduras animais e vegetais brutos, excepto azeite), 1583 (açúcar), 15611 (farinhas e sémolas de cereais), 15203 (peixe, seco, salgado ou em salmoura; peixe fumado; farinhas de peixe comestíveis), 1511 (carnes e produtos, excepto de animais de capoeira, resultantes do abate), 1593124 (mostos), 1562 (amidos, féculas e produtos afins), 15202 (peixe, filetes de peixe, outros pedaços de peixe, fígados e ovas de peixe, congelados), 15412 (azeite).

No que concerne às actividades situadas a jusante das Indústria Agro-alimentares, verifica-se que os principais sectores clientes daquelas indústrias são o ramo 01 (agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados) e o ramo 55 (alojamento e restauração), ao representarem, respectivamente, 22,4% e 21,4%, das vendas. Neste contexto de actividades a jusante realce-se ainda as relações de mercado que as Indústrias Agro-alimentares estabelecem, embora de menor relevo, com os ramos 75 (administração pública, defesa e segurança social obrigatória) e 85 (saúde e acção social), por intermédio de fornecimentos às cantinas,

e com o ramo 19 (curtimento e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e calçado), por intermédio de fornecimentos de peles dos animais. Por último, refira-se que as Indústrias Agro-alimentares exibem uma forte inter-dependência entre si, ao registaram um peso de 46,4% nas vendas do próprio sector (relações intra-sectoriais).

QUADRO 5-19

Sectores Fornecedores e Sectores Clientes das Indústrias Agro-Alimentares

Actividades a Montante (Sectores Fornecedores)				INDÚSTRIAS AGRO-ALIMENTARES	Actividades a Jusante (Sectores Clientes)	
		Principais Produtos	Peso dos Produtos nas Compras do Ramo 15		Principais Ramos	Peso dos Ramos nas Vendas das Indústrias Agro-alimentares
Bens	MP	012102	7,1%		01	22,4%
		0123	6,9%		55	21,4%
		012401	4,9%		85	5,7%
		011123	3,4%		19	1,7%
		0121011	3,1%		75	1,2%
		0113012	2,5%			
		0111112	2,4%			
		0111111	2,3%			
		0122011	1,7%			
		012202	1,3%			
	011343	1,1%				
	01130240022	1,0%				
	FI	212	2,4%			
		2522	2,0%			
		2872	1,6%			
		2613	1,1%			
	SSE	744	5,2%			
		741	1,5%			
	SC					
	Relações Intra-sectoriais (Actividades de Compra)				Relações Intra-sectoriais (Actividades de Venda)	
Principais Produtos		Peso dos Produtos nas Compras do Ramo 15		Principais Ramos		
15511		4,9%		15		
15411		4,0%		46,4%		
1583		3,6%				
15611		3,2%				
15203		2,9%				
1511		2,2%				
1593124		1,7%				
1562		1,3%				
15202		1,0%				
15412		1,0%				

Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados do QRE.

Considerando como objecto de análise os produtos que, de acordo com as relações identificadas pelo QRE, se situam a montante das Indústrias Agro-alimentares, constata-se que nenhum deles cumpre simultaneamente os três critérios definidos – especialização, relevância regional e relevância nacional – em qualquer das regiões NUTS III do Alentejo. Verifica-se ainda que apenas 5 classes de produtos cumprem, em simultâneo, dois dos critérios definidos – especialização e relevância regional – e apenas em duas regiões NUTS III, designadamente, leite e natas (15511), no Alto Alentejo, e leite de vaca em natureza (012102), gado bovino, vivo, adulto (0121011), trigo duro, trigo mole e mistura de trigo e centeio (0111112) e milho-grão (0111111), no Baixo Alentejo.

De salientar também que, somente as classe de produtos 011123 (sementes e frutos oleaginosos), 011112 (plantas vivas; sementes de flores e frutos, sementes de produtos hortícolas), 011111 (trigo duro, trigo mole e mistura de trigo e centeio), 012201 (ovinos vivos), 012202 (leite de ovelha e cabra) e 15412 (azeite) cumprem pelo menos um dos critérios na totalidade das quatro NUTS III alentejanas, sendo seguidas, em termos de grau de abrangência, pelo gado bovino, vivo, adulto (0121011) e pelo leite de vaca em natureza (012102) – que cumprem um dos critérios nas regiões do Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo.

No que se refere aos ramos, que segundo o QRE, se situam a jusante das Indústrias Agro-alimentares, é possível aferir que apenas o ramo 01 (agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados) cumpre os três critérios nas quatro NUTS III do Alentejo. Saliente-se, igualmente que o ramo 55 (alojamento e restauração) e o ramo 85 (saúde e acção social) cumprem os três critérios, no Alentejo Litoral, Alto Alentejo e Baixo Alentejo, no primeiro caso, e no Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, no segundo caso. O ramo 19 (curtimento e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correio, seleiro e calçado), por seu turno, não cumpre nenhum dos critérios em qualquer das 4 regiões alentejanas.

QUADRO 5-20 :

O Peso dos Produtos a Montante e dos Ramos a Jusante das Indústrias Agro-Alimentares
(% emprego do sector)

Produtos QRE a Montante (ordem decrescente de importância)		CAE 5d	Alentejo Litoral			Alto Alentejo			Alentejo Central			Baixo Alentejo		
Produtos	Peso (%)		QL	Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País
012102	7,1%	1210	0,4	0,0%	0,0%	1,3	0,0%	0,0%	1,9	0,1%	0,0%	46,1	1,8%	0,0%
0123	6,9%	1230	8,6	0,6%	0,0%	0,4	0,0%	0,0%	6,0	0,4%	0,0%	1,0	0,1%	0,0%
744	5,2%	74400	0,0	0,0%	0,0%	6,5	0,1%	0,0%	1,1	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
15511	4,9%	15510	0,2	0,1%	0,0%	4,4	1,1%	0,0%	1,2	0,3%	0,0%	0,9	0,2%	0,0%
012401	4,9%	1240	2,3	0,2%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	1,3	0,1%	0,0%
15411	4,0%	15411	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
1583	3,6%	15830	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
011123	3,4%	1112	14,6	0,6%	0,0%	5,9	0,2%	0,0%	3,6	0,1%	0,0%	3,5	0,1%	0,0%
15611	3,2%	15611	0,0	0,0%	0,0%	0,2	0,0%	0,0%	3,7	0,2%	0,0%	1,1	0,1%	0,0%
0121011	3,0%	1210	0,4	0,0%	0,0%	1,3	0,0%	0,0%	1,9	0,1%	0,0%	46,1	1,8%	0,0%
15203	2,9%	15203	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
0113012	2,5%	1130	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	39,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
212	2,4%	21200	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
011112	2,4%	1111	5,5	0,1%	0,0%	7,5	0,1%	0,0%	2,9	0,1%	0,0%	55,4	1,0%	0,0%
011111	2,3%	1111	5,5	0,1%	0,0%	7,5	0,1%	0,0%	2,9	0,1%	0,0%	55,4	1,0%	0,0%
1511	2,2%	15110	0,0	0,0%	0,0%	0,2	0,0%	0,0%	4,6	0,6%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
2522	2,0%	25220	0,0	0,0%	0,0%	2,3	0,3%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
1593124	1,7%	15931	0,0	0,0%	0,0%	0,6	0,1%	0,0%	4,0	0,8%	0,0%	0,7	0,1%	0,0%
0122011	1,7%	1220	4,0	0,0%	0,0%	4,8	0,0%	0,0%	10,7	0,1%	0,0%	16,2	0,1%	0,0%
2872	1,6%	28720	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
741	1,5%	74100	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
1562	1,3%	15620	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
012202	1,3%	1220	4,0	0,0%	0,0%	4,8	0,0%	0,0%	10,7	0,1%	0,0%	16,2	0,1%	0,0%
2613	1,1%	26130	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
011343	1,1%	1134	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
15202	1,0%	15202	2,6	0,1%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,3	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
01130240022	1,0%	1130	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	39,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%
15412	1,0%	15412	1,0	0,0%	0,0%	5,5	0,1%	0,0%	7,7	0,1%	0,0%	24,2	0,4%	0,0%
Ramos QRE a Jusante (ordem decrescente de importância)		Peso (%)	Alentejo Litoral			Alto Alentejo			Alentejo Central			Baixo Alentejo		
Ramos	QL		Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País	QL	Peso na Região	Peso no País	
15	46,41%	1,3	4,2%	0,0%	2,5	7,7%	0,1%	1,6	4,9%	0,1%	1,5	4,6%	0,0%	
01	22,44%	6,2	9,6%	0,1%	7,1	11,1%	0,1%	8,9	13,8%	0,2%	11,0	17,2%	0,1%	
55	21,35%	1,7	12,0%	0,1%	1,1	7,8%	0,1%	0,9	6,6%	0,1%	1,0	6,8%	0,1%	
85	5,71%	1,5	5,9%	0,0%	2,3	9,2%	0,1%	1,5	6,2%	0,1%	2,1	8,4%	0,1%	
19	1,65%	0,0	0,0%	0,0%	0,1	0,2%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	
75	1,18%	2,1	0,3%	0,0%	0,9	0,1%	0,0%	1,8	0,3%	0,0%	7,1	1,0%	0,0%	

Critérios	Legenda
<ul style="list-style-type: none"> QL > 1 Peso do Emprego do Sector na Região ≥ 1% Peso do Emprego do Sector na Região no Total Nacional ≥ 0,05% 	<ul style="list-style-type: none"> Quando um dos critérios é cumprido. Quando dois dos critérios são cumpridos. Quando os três critérios são cumpridos.

Fonte: Augusto Mateus & Associados, com base em dados do QRE.

5.6. A Inovação no Sector: infraestruturas de suporte e identificação de necessidades competitivas

O sector agro-alimentar apresenta necessidades específicas de incorporação de conhecimentos científicos e tecnológicos que potenciem a inovação na concepção e fabrico/operacionalização de novos produtos/serviços agro-alimentares. Nas linhas que se seguem procuramos caracterizar os recursos que os vários subsectores da Agricultura e das indústrias agro-alimentares dispõem para a prática da inovação. A desagregação em subsectores tem a vantagem de podermos olhar com mais detalhe para o complexo agro-alimentar, mas como é obvio não devemos perder de vista as lógicas de cadeia de valor e as relações comerciais entre empresas de sectores a montante-jusante, essenciais para o esforço colectivo de inovação.

Também não devemos perder de vista o facto de que, como se viu anteriormente, as instituições do ensino superior representavam, em 2001, no Alentejo cerca de 53% das despesas de I&D. Esta elevada proporção fica-se a dever à presença da Universidade de Évora, que reabriu na década de setenta com uma orientação decididamente marcada para os ensinamentos das ciências agrárias. Posteriormente, os Institutos Politécnicos, também dedicaram especial atenção ao ensino superior agrário, com a implantação e desenvolvimento das Escolas Superiores Agrárias.

Importa também referir que, para além da Universidade e respectivos Institutos e Centros associados (nomeadamente o Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas, ICAM da Universidade de Évora, por exemplo), há ainda uma contribuição muito importante para o complexo agro-alimentar, por parte das Instituições Privadas sem fins Lucrativos, como por exemplo, o Centro Operativo de Tecnologia de Regadio, COTR, Fundação Eugénio de Almeida, a Fundação Abreu Calado entre outras. O mesmo para Laboratórios Públicos do Estado como a Estação Nacional de Melhoramento de Plantas do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Pescas (INIAP) ou os Centros de Experimentação da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo. A EDIA, a Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas de Alqueva, tem também enorme relevância no futuro desenvolvimento da prática da inovação nas actividades agro-alimentares. Por último parceiros igualmente importantes são a DRAAL, e a empresa Delta.

A Delta é talvez o principal grupo económico do Alentejo. A sua actividade principal incide na transformação e comercialização de cafés. Esta empresa importa toda a sua matéria-prima das diversas regiões tradicionalmente produtoras de café no Mundo, nomeadamente de África e da América Latina. Através de modernos processos tecnológicos produz uma gama diferenciada de cafés, que são comercializados em Portugal e no estrangeiro por uma vasta e difusa rede de agentes e de vendedores. Para além da forte componente tecnológica que a empresa incorpora na sua política de produto, o marketing é outro dos grandes pilares da sua estratégia de sucesso. Aqui é de salientar a dimensão e eficácia da sua força de vendas, o esforço publicitário e as suas acções de relações públicas, que se destacam pelos aspectos de responsabilidade social que incorporam. Tradicionalmente a Delta não tem tido um envolvimento nos sectores de especialização agrícolas e dos recursos agro-alimentares do Alentejo. No entanto, recentemente começou a fazer investimentos nessa área, nomeadamente no sector

da produção de azeite.

Produção e transformação de cereais e afins

De uma forma geral as tecnologias de produção dos cereais no Alentejo apresentam um padrão tecnológico relativamente avançado, que se traduz sobretudo no elevado grau de mecanização das culturas. O investimento em maquinaria agrícola tem sido um dos principais factores de inovação na produção de cereais. Inicialmente com a adesão de Portugal à CEE, esses investimentos foram muito incentivados pelos elevados montantes de subsídios concedidos a fundo perdido e pelo clima de expectativa que então se vivia. O sucesso de muitos negócios foi crucial para o desenvolvimento de uma ampla rede de concessionários de máquinas e de equipamentos agrícolas, que para além da comercialização dos equipamentos presta também serviços de apoio técnico. Esses serviços são muitas vezes referenciados pelos agricultores como uma das principais fontes de informação e de divulgação agrícola.

As principais produções cerealíferas no Alentejo são o grão de trigo, milho e arroz. Tratam-se de produções indiferenciadas muito dependentes das disposições da PAC, da evolução dos preços no mercado mundial e da competitividade dos produtores. O principal destino da produção é a indústria transformadora, nomeadamente, da transformação de cereais, fabricação de amidos, féculas e outros afins ou de fabricação de compostos para animais. No caso do milho e do trigo, é frequente a sua reutilização nas actividades pecuárias. Nestes casos a reutilização pode ocorrer na própria exploração produtora se esta produzir simultaneamente pecuária, ou noutras explorações que adquiram a produção. Há poucos casos de relacionamento económico efectivo entre as unidades de produção e a indústria transformadora e quando existem têm na maior parte dos casos apenas o cariz comercial próprio das transacções de produtos indiferenciados de grande consumo.

No milho os avanços tecnológicos têm sido significativos e vão desde o melhoramento genético das plantas ao desenvolvimento de equipamentos de rega mais eficientes na utilização da água ou de métodos de secagem mais adequados, passando por uma melhoria do conhecimento científico acerca da planta, dos recursos necessários e até mesmos dos mercados. Um dos destinos a dar à produção de milho, neste momento ainda em estudo no Alentejo, poderá ser a produção de combustíveis alternativos e que neste caso seria o bio-etanol. Actualmente no Alentejo atingem-se produtividades no milho acima das 12 toneladas por hectare. No entanto, e apesar da produtividade ser elevada, mesmo face a padrões internacionais, a competitividade da cultura está sobretudo dependente do custo da água e da energia para o funcionamento dos equipamentos de rega e de secagem.

No trigo os avanços tecnológicos não têm sido tão significativos como no milho. No caso do trigo, que é tradicionalmente feito em regime de sequeiro, as produtividades, que raramente ultrapassam as 4 toneladas por hectare, podem considerar-se baixas quando comparadas com outras regiões da UE que registam o dobro desse valor. Neste caso a competitividade da cultura é mais fácil de ser alcançada na redução dos custos de produção, apesar de nalguns casos, muito pontuais e em situações muito específicas, existir algum potencial para aumentar o valor do produto. Por exemplo, em certas regiões de

França foi possível diferenciar os preços do trigo à produção tendo em conta as suas qualidades para o fabrico de pão destinado a nichos de mercado. Na estrutura de custos da cultura, os trabalhos de mobilização das terras têm um peso substancial. No Departamento de Fitotécnia da Universidade de Évora e no ICAM têm vindo a ser adaptadas e divulgadas tecnologias de mobilização reduzida e de sementeira directa. O desenvolvimento e a adopção destas tecnologias pelos agricultores poderão ter algum impacto na melhoria da competitividade da produção de trigo dado que permitem reduzir de forma apreciável os custos de produção, mantendo ou até mesmo aumentando a produtividade da terra no longo prazo, como consequência da melhoria das condições ambientais ligadas à exploração da terra.

No arroz conseguem-se produtividades por hectare de 5 a 6 toneladas. No entanto apesar destes valores andarem dentro dos melhores valores a nível mundial, a cultura apresenta graves problemas de competitividade devido aos seus elevados custos de produção, nomeadamente com mão-de-obra e maquinaria no arranjo dos canteiros e nas operações de sementeira e com a água de rega. No que diz respeito ao arranjo dos canteiros, a investigação científica na área das ciências agrárias, já há algum tempo que conseguiu resolver o problema, recorrendo à tecnologia laser para proceder ao nivelamento dos terrenos. Este procedimento permite diminuir o custo das operações de nivelamento e reduzir substancialmente os custos com a mão-de-obra. Quando ao custo da água, os níveis de preço previstos para as novas infraestruturas de regadio no âmbito do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e decorrentes da filosofia da nova Directiva Quadro da Água para os regadios do Estado já existentes, inviabilizam completamente a rentabilidade desta cultura. Aliado a este facto têm-se verificado um acréscimo da concorrência nos mercados internacionais que tem influenciado negativamente a evolução do preço do arroz.

Na produção de cereais em geral, é de referir o papel da Estação de Melhoramento de Plantas de Elvas na investigação de variedades de sementes adaptadas às condições edáfo-climáticas do Alentejo. Deste trabalho tem resultado várias variedades de sementes catalogadas e patenteadas, que em grande parte acabam por ser comercializadas por empresas portuguesas e espanholas de factores de produção. No âmbito desse trabalho de investigação é de salientar o recurso a técnicas de biotecnologia, que por enquanto ainda excluem a manipulação genética.

As actividades da transformação de cereais da CAE 156 geralmente concentram elevados recursos financeiros dados os elevados volumes de produção com que laboram e incorporam algum grau de automatismo. Os seus produtos são comercializados como produtos indiferenciados num mercado muito competitivo à escala mundial, sendo também por isso poucas as perspectivas de inovação e de acrescentar valor aos produtos.

Tal como foi apresentado anteriormente, as empresas da CAE 156 possuem uma estrutura de qualificação dos recursos humanos relativamente boa, traduzida na percentagem da população empregada com Ensino Superior e de quadros médios superiores e profissionais qualificados e semi-qualificados ao serviço, o que também é um reflexo do elevado grau de empresarialização da actividade.

Produção de carne e derivados

A criação de bovinos de carne no Alentejo é feita em regimes extensivos. Os efectivos pecuários ocupam grandes áreas alimentando-se principalmente de pastagens permanentes e temporárias e de forragens. Grande parte da produção é vendida a intermediários de gado. No caso das raças autóctones, os circuitos de comercialização estão melhor organizados, uma vez que a sua produção visa a comercialização de carne de bovino com nomes protegidos. Para além da valorização dos produtos no mercado, os produtores beneficiam de importantes ajudas directas.

São sistemas que aproveitam muito bem os recursos naturais endógenos da região, no entanto as relações económicas com os sectores a montante da produção são relativamente fracas, uma vez que requerem baixos investimentos na contratação de bens e serviços e em maquinaria. Para além da terra, os investimentos em capital fixo dizem respeito à aquisição dos animais reprodutores, cercas e outros equipamentos, provenientes na sua maior parte da indústria metalo-mecânica e de direitos à atribuição de prémios. A maior parte dos custos são relativos à produção de alimentos e à mão-de-obra, se bem que os produtores de raças autóctones e de carnes com nomes protegidos também tenham de suportar os custos da certificação dos produtos.

A competitividade da produção de bovinos de carne no Alentejo depende muito da correcta exploração zootécnica das raças nas diferentes aptidões e principalmente no que diz respeito aos aspectos reprodutivos e de alimentação, dado que são os factores que mais se repercutem, respectivamente, na obtenção dos proveitos (animais vendidos) e no controle dos custos. No Departamento de Zootecnia e no Departamento de Engenharia Rural da Universidade de Évora têm sido desenvolvidos vários projectos de investigação que visam melhorar a exploração das raças de bovinos no Alentejo, sendo também de referir o contributo das estruturas do Ministério da Agricultura vocacionadas para o sector na região.

De uma forma geral a produção de ovinos no Alentejo aparece associada à produção de cereais nas zonas mais férteis, ou ao aproveitamento de pastagens em solos de menor qualidade, ou em explorações de menor dimensão e maioritariamente de cariz familiar. Nas zonas mais marginais é frequente o aparecimento de caprinos. Os outros herbívoros, em termos regionais têm uma expressão praticamente residual. Os sistemas de exploração são extensivos e requerem baixos investimentos. A maior parte dos custos está associada à mão-de-obra, que apesar de não requerer elevada qualificação académica, necessita de ser especializada, o que na maior parte dos casos é decorrente da experiência profissional na actividade.

Existem raças de produção de ovinos com nome protegido, como são os casos do Borrego de Montemor-o-Novo, do Borrego do Nordeste Alentejano e do Borrego do Baixo Alentejo. Nestes casos o abate dos animais e a comercialização da carne está a cargo dos respectivos agrupamentos gestores. Tratam-se de produtos de nicho em que se obtém em geral uma valorização superior no mercado decorrente do seu posicionamento.

Também aqui, o Departamento de Zootécnica da Universidade de Évora e as estações experimentais do Ministério da Agricultura na Região deram num passado recente um importante contributo para o desenvolvimento tecnológico da actividade, de que é exemplo o sistema de produção de três partos em

dois anos. Este sistema face aos sistemas tradicionais, permite aumentar o número de borregos para venda, mas necessita simultaneamente de capacitação técnica adequada, principalmente nos aspectos reprodutivos e alimentares, e de mais investimento em capital circulante.

A produção de suínos e de aves nos regimes intensivos segue geralmente uma tecnologia standard, que pode ser reproduzida noutras regiões com ligeiras adaptações. É um ramo da produção agrícola muito exigente em conhecimentos técnicos e tecnológicos, que vão desde a engenharia rural, à genética e à biotecnologia, passando pela nutrição animal, pela sanidade animal e pela capacidade de gestão. Normalmente os produtores estão integrados numa estrutura vertical comandada por grupos multinacionais do ramo do fabrico de alimentos compostos para animais ou ligados ao melhoramento genético ou à biotecnologia. Na maior parte dos casos, os produtos produzidos estão na origem de produtos alimentares indiferenciados de baixo preço e que, de uma forma geral, nas sociedades desenvolvidas constituem a principal fonte de proteína da sua dieta.

No que diz respeito à exploração extensiva do porco alentejano, os investimentos são muito inferiores aos dos sistemas intensivos e têm a particularidade dos seus produtos serem muito valorizados na produção de produtos tradicionais como os presuntos e os enchidos e de a carne gozar de uma boa imagem junto do consumidor. O mercado espanhol tem sido muito importante para o desenvolvimento da actividade, existindo mesmo produtores que produzem exclusivamente para fábricas de presunto Pata Negra da Estremadura espanhola e da Andaluzia. Os presuntos e os enchidos feitos à base de porco alentejano ou de porco preto são produtos com elevada procura no mercado. A procura no segmento do consumo de carne fresca tem também vindo a aumentar, existindo mesmo alguma dificuldade em garantir a sua satisfação.

A exploração do porco alentejano é uma actividade promissora, apesar de auferir apenas da ajuda à manutenção de raças autóctones. Por de trás do recente desenvolvimento do porco alentejano é de salientar o forte empenhamento e esforço de investigação nesta área desenvolvido pelo Departamento de Zootecnia da Universidade de Évora e pelo ICAM. Os resultados das investigações desenvolvidas permitiram catalogar a raça, conhecer melhor os aspectos reprodutivos e alimentares e da qualidade das carnes produzidas, melhorando-se por essa via as condições de produção e contribuindo para resolver os problemas e as necessidades da actividade.

As actividades de abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne (CAE-151), estão orientadas sobretudo para a fabricação de produtos à base de carne, nomeadamente, de vários tipos de enchidos e de alguns produtos com nome protegido e de que são exemplo os do porco alentejano. Estes casos, geralmente, estão situados nas zonas de produção da matéria-prima. O abate de gado surge apenas pontualmente e principalmente em unidades de grande dimensão como são os casos dos matadouros de Sousel e de Beja.

Os desafios decorrentes da complexidade tecnológica que envolve a actividade, a competição no sector e a conjuntura sócio-económica actual, são aspectos que em grande parte só poderão ser ultrapassados mediante uma estratégia adequada de inovação, que contemple sobretudo a valorização dos produtos. Para fazer face a essas ameaças, os recursos humanos disponíveis nas indústrias agro-alimentares da CAE – 151 na região são relativamente fracos.

Produção e transformação de produtos hortícolas e frutícolas

A horticultura e a fruticultura são dois sectores da actividade agrícola que apresentam um forte potencial de crescimento na região, nomeadamente, no aproveitamento das novas áreas regadas previstas para o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva. Para além do tomate para a indústria, a batata, o melão e a melancia são as culturas mais frequentes no Alentejo. Todas essas culturas são exploradas principalmente em regadio. Em termos dos recursos disponíveis é de salientar os factores climáticos, nomeadamente, elevado número de horas de sol e as temperaturas de Primavera-Verão, a rega em larga escala com a construção do regadio, a estrutura fundiária concentrada em explorações de grande e de média dimensão, como factores competitivos de sucesso para o êxito dessas culturas, tanto no plano nacional como para exportação.

As frutícolas e hortícolas apresentam um potencial de rentabilidade elevado e têm a vantagem de não estarem dependentes, pelo menos directamente, dos constrangimentos à produção agrícola decorrentes da PAC. No caso do tomate para a indústria a produção é vendida para unidades de transformação de tomate. Nos outros casos, dependendo da dimensão económica da cultura, a produção é vendida a intermediários para posterior colocação nos mercados ou então são estabelecidos contratos com a indústria transformadora ou com o retalho da área alimentar.

As produtividades por hectare são muito elevadas. Por exemplo no tomate para a indústria já se ultrapassam as 100 toneladas e no melão e na maior parte dos frutos frescos estão acima das 20 toneladas. No entanto, o risco de negócio é grande, devido aos elevados recursos financeiros e tecnológicos necessários e às dificuldades de comercialização que ocorrem com alguma frequência. Uma melhor concentração da oferta de produtos a par de uma melhor organização dos circuitos de comercialização, que deveria passar pela sua internacionalização, poderia reduzir bastante os riscos associados à produção e promover o desenvolvimento dessas culturas, quer pela via da expansão das áreas regadas quer pela via da reconversão dos sistemas tradicionais de produção de cereais de regadio e de sequeiro.

Apesar das elevadas exigências e do risco subjacente à produção de hortícolas e frutícolas, ser uma das principais ameaças e pontos fracos, constituem simultaneamente oportunidades e pontos fortes dessas actividades. Pois estes factores determinam um leque de relações económicas mais ou menos profundas da produção com os fornecedores de equipamentos e de bens de consumo, com a indústria transformadora, com os consumidores, com o mercado externo, com as instituições financeiras e com as actividades de I&D, sendo por isso dos sectores da produção agrícola onde poderão haver mais acções de inovação com perspectivas de sucesso.

No que respeita à transformação, em praticamente toda a região a actividade recai na fabricação de sumos de fruta e de produtos hortícolas, denotando-se maior incidência dessas actividades nas zonas mais especializadas na produção agrícola de frutícolas e de hortícolas, o que permite aferir da existência de alguma complementaridade entre as actividades de produção agrícola e agro-alimentar. No Alto Alentejo, a actividade está mais direccionada para a transformação de produtos tradicionais, como a conserva de azeitona, a ameixa de Elvas, a castanha de Marvão ou a Maçã de Portalegre, que são

produtos com nome protegido. No Baixo Alentejo, está mais associada à transformação de frutos frescos e de produtos hortícolas, que são também produtos de valor acrescentado, mas, contrariamente aos primeiros, não são de nicho, mas sim de grande consumo.

Como já foi referido, o Alentejo apresenta boas condições para a produção e transformação de frutícolas e de hortícolas em larga escala. Aqui, mais uma vez, se reforça a ideia de que o regadio do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, poderá ter um papel decisivo na indução do desenvolvimento das indústrias de conserva de frutos e de produtos hortícolas e na aglomeração de actividades de outros sectores complementares da valorização dos produtos e do fornecimento de factores e de tecnologia de produção, potenciando assim um cluster de cariz agro-industrial no Alentejo, vocacionado para o grande consumo e para a exportação.

No que respeita às actividades de transformação na área da horticultura e fruticultura, as qualificações do emprego, face aos desafios que se avizinhm para este sector, são de um modo geral relativamente baixas, em consequência da sua baixa escolaridade e qualificação profissional

Produção de leite e derivados

Um dos principais produtos da produção de leite e derivados é o queijo tradicional de ovelha e de cabra, que beneficia de um forte reconhecimento por parte dos consumidores. São muitos os casos em que os queijos são comercializados com nome protegido. As unidades, na maior parte dos casos, são empresas familiares de pequena dimensão. Nos casos de menor dimensão, o volume de facturação é relativamente reduzido para fazer face aos custos com as elevadas exigências higiénico-sanitárias que são necessárias ao exercício desta actividade. Os maiores desenvolvimentos têm ocorrido principalmente ao nível da comercialização, se bem que se tenham registado recentemente avultados investimentos na instalação e na renovação de queijarias.

Existe uma forte tradição, conhecimento e saber fazer de queijos tradicionais no Alentejo, que inclusivamente, começam a ser acompanhados por departamentos das instituições de ensino superior da região e do Ministério da Agricultura, mas subsistem ainda alguns problemas que limitam o seu potencial de desenvolvimento e que configuram, simultaneamente, os principais obstáculos à inovação. Assim, no Alentejo, regista-se uma falta de escala das unidades de transformação e um excesso de produtores e de marcas de pequena dimensão. Outro problema, importante, mas mais relacionado com a obtenção da matéria-prima, é a escassez da produção de leite de ovelha na região, que resulta de vários factores entre os quais se destacam: (i) o facto dos sistemas de produção de ovinos para carne serem menos exigentes em termos técnicos e financeiros e de (ii) estarem muito bem adaptados às características da estrutura agrícola produtiva da região, o que à partida lhe confere uma inegável vantagem competitiva.

Com uma reduzida percentagem da população empregada com Ensino Secundário e com Ensino Superior e com uma estrutura da qualificação emprego baseada em profissionais não qualificados e semi-qualificados, os recursos humanos desta CAE apresentam debilidades que podem não contribuir adequadamente para potenciar a inovação no sector.

Produção de azeite

A maior parte dos olivais existentes no Alentejo são antigos e como tal a sua produtividade é baixa e as características das árvores permitem mal a colheita mecanizada. Por essas razões a rentabilidade é relativamente baixa. No entanto, a qualidade é excelente. A cultura têm beneficiado de uma ajuda atribuída em função da quantidade de azeitona produzida, se bem que em algumas campanhas essa ajuda tenha sido atribuída ao número de árvores. A tecnologia utilizada é em geral rudimentar. A maior parte dos custos está associada à mão-de-obra na época de colheita, verificando-se em muitos casos que o valor da produção nem sequer cobre esses custos. Uma grande parte da produção, apesar de ser entregue à indústria transformadora retorna posteriormente ao produtor para ser utilizada no auto-consumo.

A área de olival tem vindo a decrescer fruto do arranque de muitos olivais envelhecidos. Este decréscimo foi menos acentuado na década de noventa face ao que se tinha verificado na década anterior. A partir do ano 2000 entrou em vigor um plano de olivicultura que previa a plantação por todo o País de 30 mil hectares de novos olivais. Este plano, considerado de natureza estratégica para o desenvolvimento da agricultura portuguesa, é financiado com fundos comunitários.

O mercado nacional é dominado por um reduzido número de empresas que adquire azeite de qualidade directamente aos olivicultores para lotear com azeite de menor qualidade. O incentivo à concentração regional da transformação e da comercialização das estruturas associativas e empresariais e sua consolidação financeira permitiria uma maior capacidade negocial e conseqüentemente uma melhor retribuição do azeite produzido. A qualidade das matérias e os recentes investimentos realizados em alguns lagares têm permitido uma melhor qualidade e uma melhoria do posicionamento do produto nos mercados. Em termos do mercado externo, a procura é grande, mas a concorrência dos países do Mediterrâneo Norte também tem aumentado.

Apesar de haver uma percentagem confortável de profissionais qualificados e altamente qualificados e de quadros médios e superiores ao serviço das empresas da CAE-154, o nível de escolaridade dos seus recursos humanos é reduzido. Este é claramente um ponto fraco na implementação de estratégias de inovação, que passam pela introdução de melhorias no processo de transformação, por um posicionamento adequado do produto nos mercados, por novas formas de comercialização do azeite e pela conquista de posições no mercado internacional de valor acrescentado.

5.7. Análise SWOT do Sector: Sistematização da situação actual e configuração dos principais desafios

O diagnóstico do sector agro-alimentar do Alentejo, associado ao conhecimento da realidade da região e a participação em estudos e projectos diversificados de carácter local e regional, permitem de uma forma genérica identificar um conjunto de debilidades e potencialidades para o sector agro-alimentar em termos das suas capacidades tecnológica e de inovação.

No sector agro-alimentar, a inovação depende em grande medida da capacidade de fazer face a um conjunto de alterações que, nos nossos dias, genericamente, caracterizam os mercados destes produtos. Em primeiro lugar, os relacionados com o facto dos mercados alimentares estarem saturados e do comportamento dos consumidores se ter vindo a alterar (preferências, estilos de vida, ocasiões e padrões

de consumo, decréscimo da proporção das despesas com a alimentação, aumento da proporção de alimento consumido fora de casa, aumento do poder de compra e maior preocupação com a qualidade, a segurança e as implicações dos alimentos para a saúde, etc.). Por outro lado, as modificações estruturais ao nível do retalho (elevado nível de concentração, poder negocial, financeiro e concorrencial) que conduziu a uma clara transferência de poder da agro-indústria para a distribuição e na adaptação dos consumidores a novos sortidos, preços e serviços. De referir ainda o processo de globalização e a diminuição dos níveis de suporte para muitos produtos agro-alimentares no âmbito da Organização Mundial de Comércio e ainda as diferentes actividades associadas a projectos geradoras de sinergias entre os sectores agro-alimentar e outros como o turismo convencional, turismo rural e gastronómico e o ambiente (manutenção da paisagem e sustentabilidade dos espaços e sistemas rurais).

Neste contexto, a inovação depende da flexibilidade das empresas para operarem em mercados em constante mutação, da sua capacidade para responder às novas necessidades e exigências dos distribuidores e dos consumidores e também da percepção de qualidade e segurança alimentar destes últimos. Qualidade que pode ser conseguida quer através da origem (DOP, IGP ou ETG) quer de outros processos de certificação ou de gestão da qualidade (HACCP).

Por outro lado, especificamente para a região do Alentejo, a situação actual do sector agro-alimentar apresenta debilidades estruturais, nomeadamente relativas à sua organização e integração comercial e profissional, que condicionam fortemente a capacidade de desenvolvimento e inovação. Importa promover linhas de acção que contribuam para resolver essas debilidades.

A matriz SWOT que seguidamente se apresenta resume as principais forças e fraquezas, oportunidades e ameaças que se colocam ao complexo agro-alimentar do Alentejo¹³.

O conjunto dos elementos indicados nos diferentes conjuntos desta matriz indica, transversalmente, a situação actual nas áreas da produção, transformação e comercialização do sector e em que aspectos ou características fundamentais dessas áreas é necessário actuar.

As capacidades do sector residem fundamentalmente na área da produção: há experiência e ligação à investigação e desenvolvimento, ainda que mais em alguns sectores do que noutros, existe tecnologia de produção e know-how tradicional de transformação e verifica-se um aumento de capacidade ao nível tecnológico das máquinas e equipamentos e inovação nos processos de produção. As principais debilidades residem na organização da produção e na capacidade de integração vertical dos empresários produtores.

A área da transformação tem revelado uma evolução favorável com crescimento do número e da escala de transformação bem como da ligação com a investigação e desenvolvimento em alguns subsectores. Há, no entanto, nesta área mais debilidades estruturais por resolver. A organização e integração da produção a montante, a grande diversidade de escalas e respectivas estruturas organizacionais de gestão

¹³ A matriz SWOT do sector foi construída obedecendo aos seguintes passos metodológicos:

1- Identificação por parte da equipa de projecto de factores que constituem forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do sector na região;

2- Apresentação dos factores identificados aos membros da sessão temática no Workshop realizado em 15 de Novembro de 2004;

3- Registo de eventuais sugestões sobre os factores apresentados (com possibilidade de introduzir alterações e propor eventuais correcções);

4- Ponderação da importância relativa dos diversos factores;

5- Análise e tratamento final, por parte da equipa de projecto, dos factores que integram as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do sector na região do Alentejo.

Forças	%	Fraquezas	%
• Boa imagem dos produtos agro-alimentares do Alentejo	14,3	• Estratégias comerciais/marketing inexistentes ou pouco sustentadas	15,2
• Valorização da função comercial, do marketing e dos circuitos de comercialização	13,1	• Falta de escala de produção e de comercialização e pequena presença nos mercados	11,4
• Experiência na Investigação e desenvolvimento de alguns subsectores	9,8	• Dificuldade de penetração nos mercados externos (via exportação ou investimento externo)	10,2
• Disponibilidade de know-how tecnológico tradicional com potencialidades de aproveitamento	9,7	• Sobrevalorização da função produção em detrimento das outras	9,8
• Inovação de produtos e exploração de novos segmentos e novos mercados	9,3	• Reconversão e inovação empresarial impedida pela PAC (excessivo efeito dos subsídios nos processos de tomada de decisão)	9,3
• Atractividade do sector Agro-Alimentar Alentejano	8,9	• Fraca integração a montante da transformação	9,2
• Modernização ao nível de equipamento e inovação nos processos	7,8	• Incipiente dinâmica inovadora e fraca envolvimento em projectos de I&D	8,7
• Aumento da dimensão das unidades agro-alimentares	6,9	• Deficiências no controlo de qualidade da matéria-prima e na implementação de sistemas de controlo e de gestão da qualidade	7,2
• Crescente numero de produtores de produtos de qualidade	6,8	• Reduzido recurso a SI e TI	5,6
• Existência do Mercado Abastecedor da Região de Évora (MARE)	6,1	• Grande disparidade nas estruturas organizacionais, formas de gestão e objectivos com forte concentração num dirigente de topo	4,9
• Utilização da Internet para divulgação/comercialização dos produtos	5,2	• Custos elevados de licenciamento das unidades agro-industriais	4,9
• Recursos naturais e sistemas agrícolas tradicionais enquadrados nas políticas agro-alimentares	2,1	• Baixo nível de associativismo	2,2
		• Dificuldade de enquadramento dos produtos e sistemas de produção nas normas PAC	1,4
Total	100	Total	100

Oportunidades	%	Ameaças	%
• Aparecimento de novos nichos de mercado (biológico)	12,1	• Circuitos de comercialização muito longos e pressão das grandes superfícies sobre preços e condições de pagamento	20,0
• Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva: aumento da área de regadio e Investimento público complementar	11,2	• Pressão de produtos concorrentes dos mercados externos (mais adaptados às necessidades e exigências do mercado)	18,9
• Procura nacional e internacional crescente para produtos de qualidade/seguros/saudáveis	10,8	• Dificuldade de regeneração do tecido empresarial e burocracia para a reconversão de empresas/unidades agro-alimentares	16,1
• Satisfação das necessidades do consumidor ao nível da conveniência, sortido, serviços	9,6	• Dificuldade em manter/conquistar quotas de mercado pela insuficiência das estratégias de marketing	15,0
• Desenvolvimento do turismo gastronómico e do turismo rural (produtos tradicionais)	9,3	• Aleatoriedade do clima, com consequências ao nível de variações intra e inter-anuais da produção	12,8
• Realização de investimentos em inovação em novos produtos transformados, orientados para o mercado (novos designs, embalagens, rótulos)	8,2	• Dificuldade de diferenciação dos produtos alimentares (dentro da mesma gama) face à concorrência	7,8
• Venda de embalagens com produtos hortícolas combinados (pré-preparados)	7,4	• Consumidores cada vez mais informados, sofisticados e exigentes	7,2
• Novos mercados para vender produtos de alto valor acrescentado (canal Horeca)	6,5	• Diferenciação entre propriedade e exploração	1,1
• Exportação para mercados étnicos – comunidades portuguesas no estrangeiro	6,0	• Abandono agrícola	1,1
• Grande diversidade dos mercados externos	5,8		
• Aprofundamento das relações comerciais com os grupos de distribuição alimentar que operam em Portugal	5,6		
• Crescente utilização da Internet para Divulgação/comercialização dos produtos	4,4		
• Utilização de emprego de imigrantes com níveis de qualificação formal mais elevados e alguma especialização	3,1		
Total	100	Total	100

e a inexistência ou deficiente implantação de sistemas de controlo da produção e da sua qualidade são algumas das questões fundamentais a focar. As dificuldades administrativas e burocráticas que as deficiências da administração pública colocam às actividades transformadoras, em particular as relativas aos processos de licenciamento, constituem um custo de transacção elevado nesta área.

As maiores dificuldades detectam-se na área comercial. A maior parte das empresas agrícolas e agro-industriais organiza e promove à área comercial. Geralmente, as empresas não elaboram planos de comercialização dos produtos que produzem e não definem estratégias de marketing, recorrendo ainda pouco às tecnologias de comunicação e de informação.

Globalmente, o sector dos recursos agro-alimentares apresenta uma fraca dinâmica inovadora ao nível da formação e desenvolvimento dos recursos humanos das empresas agrícolas e agro-industriais e do seu envolvimento em projectos de investigação e desenvolvimento.

Os principais desafios do sector agro-alimentar, que em seguida se apresentam, resultam das tendências e do diagnóstico de situação na região do Alentejo anteriormente referidas.

A partir da análise de informação secundária, da análise SWOT, do conhecimento das empresas e dos processos usados e da consulta de estudos desenvolvidos para a Região e para outras regiões com similaridades estruturais, territoriais, produtivas e de mercado, propõem-se duas orientações fundamentais em que se deve basear a estratégia de inovação e desenvolvimento para o sector agro-alimentar no Alentejo. O objectivo de estabelecer estes pilares tem a ver com a coerência e a complementaridade das linhas de acção a desenvolver para fomentar a inovação e competitividade.

Desafios do sector agro-alimentar
• Capacitação e disponibilização de assistência técnica
• Cultura de gestão e organização comercial
• Associativismo comercial, criação de agrupamentos ou federações de agrupamentos
• Organização de todos os intervenientes na fileira (produção, transformação e comercialização)
• Incentivar a instalação de grupos económicos na área da agro-indústria;
• Incentivar a competitividade em mercados internacional (relações económicas transfronteiriças)
• Diminuir a carga e demora administrativa e burocrática
• Priorizar e direccionar as acções de I&D para problemas concretos do Alentejo (criação de uma bolsa de problemas
• Promover a gestão de verbas de programas regionais de investimento estruturais público em parcerias publico-privadas

As orientações em torno das quais propomos que se alicerce a estratégia de inovação para o sector agro-alimentar do Alentejo constituem duas maneiras para produzir de forma competitiva e sustentada produtos agro-alimentares aproveitando e valorizando o capital natural e humano na região. Ambas são competitivas e sustentáveis, no sentido de retribuírem justa, razoável e duradouramente os recursos nelas empregues promovendo o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas nelas envolvidas e das populações que economicamente delas dependem.

O factor que diferencia estes pilares é a escala ou dimensão agro-pecuária e agro-industrial. Os produtos de escalas agrícolas e agro-industriais de média a grande dimensão constituem o primeiro grupo ou pilar e os de pequena a média dimensão, o segundo.

A primeira orientação para a estratégia de inovação do sector agro-alimentar no Alentejo assenta no desenvolvimento da competitividade da produção agrícola regional em produtos de média e grande escala, tendo por base os recursos já disponíveis, particularmente a terra de pastagem para a produção pecuária, ou recursos cuja disponibilidade se venha a concretizar, nomeadamente água com origem em Alqueva. Vários subsectores produtivos, nomeadamente, o frutícola e o hortícola, as culturas industriais, as culturas arvenses e o olival, podem beneficiar do aumento da área regada para promover a produção dos produtos produzidos no Alentejo. O aproveitamento sustentável dessa área de regadio exige inovação e desenvolvimento nas mais diversas áreas que transversalmente terão influência na utilização racional dos recursos ambientais, nomeadamente água e solos.

A segunda orientação é a aposta no desenvolvimento dos produtos de pequena e média dimensão e na sua valorização como produtos tradicionais qualificados e da sua articulação e integração na estratégia de outros sectores, nomeadamente o turismo. A estratégia de inovação e desenvolvimento dos produtos de pequena e média escala de produção deve basear-se numa oferta em nicho de mercado para que esses produtos beneficiem de padrões de valorização adequados. Ao contrário dos produtos produzidos em média e grande escala as especificidades destes produtos derivam fundamentalmente das características locais dos recursos de base e da tecnologia “tradicional” com que são produzidos. Nos produtos tradicionais, a sua utilização sustentada, ao nível do modo de fabricação e tipo de matéria-prima, requer baixos graus de intensificação na produção pelo que proporcionam baixos níveis de produtividade mas altos padrões de qualidade. Por conseguinte, essa é a forma mais duradoura e eficiente de os utilizar e deles retirar o retorno apropriado.

Em ambos os pilares em que assenta a estratégia, as medidas e acções a desenvolver têm por desígnio o desenvolvimento e capacidade de inovação, fundamentalmente nos factores humanos, tecnológicos e comerciais.

O factor humano deve incorporar a inovação como um processo basilar na estratégia empresarial e assumir a utilização de modernos SI/TI como necessários, tão necessários como os processos produtivo e de marketing.

O factor tecnológico que no caso do agro-alimentar alentejano, tem-se centrado fundamentalmente nos aspectos produtivos, mecanização, selecção de raças e variedades e controlos analíticos em laboratórios, deve incentivar o lançamento de produtos inovadores e capazes de satisfazer as exigências e necessidades dos consumidores e dos processos comerciais, nomeadamente novas marcas, etiquetagem, rotulagem e desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade. A dinâmica inovadora na produção deve-se a acções conjuntas de diversas entidades, nomeadamente, os Agrupamentos de Produtores, a Universidade de Évora, a DRAA e as Associações de Desenvolvimento Local e Regional. Estas entidades continuam a trabalhar em projectos de investigação orientados para a selecção de variedades e de raças autóctones, para a introdução e avaliação de novas técnicas de rega, para a investigação dos processos de transformação e para a testagem e análise sensorial dos produtos.

As maiores debilidades ocorrem, como foi referido, nos aspectos comerciais, nomeadamente desenvolvimento e lançamento de novos produtos e inovação nas formas de distribuição e comunicação dos mesmos. Contudo, existem algumas iniciativas meritórias neste domínio, sobretudo ao nível dos produtos tradicionais carnes e azeite, com desenvolvimento de produtos bem apresentados, em embalagens de design atractivo e com rótulos com informação adicional sobre o produto ou a forma de o usar. Este exemplo deveria ser generalizado a outras organizações com vista ao desenvolvimento de produtos inovadores, bem adaptados aos novos padrões de consumo e com potencial para captar novos segmentos e nichos de mercado.

A estratégia para produtos em que o potencial produtivo permita uma escala média e grande de produção para competir em mercados nacionais, comunitários ou internacionais, exigentes em termos de quantidade e qualidade, com poder de compra, é muito diferente da anterior. A estratégia de inovação e desenvolvimento para o Alentejo aproveitar este potencial produtivo deve basear-se na instalação de grupos de investidores nos diferentes subsectores agro-industriais e serviços complementares.

Estes grupos deverão instalar um modelo de gestão orientado para a satisfação dos mercados e clientes, nomeadamente cadeias de distribuição, de produtos agro-alimentares tipificados. Esse modelo de gestão deverá basear-se em know-how de gestão técnica e económica que se transmita até aos agricultores, estipulando e implantando no terreno as relações comerciais, os cadernos de encargos e a assistência técnica para os cumprir. Questões de segurança alimentar e de saúde pública deverão ser geridas em sistemas de informação e de gestão da qualidade, controlo, rastreabilidade e traçabilidade do produtor agrícola até ao mercado consumidor.

Incentivar grupos desse tipo que resultem da associação de agricultores do Alentejo e de Portugal, por exemplo através da criação ou desenvolvimento de agrupamentos de produtores, com capacidade técnica e empresarial para implantar estes projectos, em que já existe alguma experiência e casos de sucesso, pode ser uma opção.

Há experiência de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas diversas áreas de regadio utilizadas para produções agrícolas e agro-industriais em diversos países que é possível adaptar para implantar no Alentejo. A localização potencial das diversas produções baseada nas actuais localizações infra-regionais é conhecida pelo que importa promover objectiva e localmente a inovação e desenvolvimento para valorização dessas produções.

O capital humano que intervirá na exploração dos recursos é o factor chave. A capacitação de gestão técnica e económica e a cooperação entre os intervenientes humanos envolvidos, nomeadamente os utilizadores directos, os agricultores e as suas associações, nomeadamente de regantes, as empresas e fornecedores de equipamentos de regadio e de restantes matérias primas, nomeadamente fertilizantes, os técnicos e investigadores das entidades públicas de apoio, tais como o COTR, os laboratórios públicos (ENMP), os serviços os institutos e os departamentos das universidades envolvidas (ISA e UE), e os serviços técnicos e experimentais regionais (Serviços e Centros de Experimentação da DRAAL).

Atrair grupos já instalados, nacionais ou estrangeiros, para transferir tecnologias implantadas noutros locais adaptando-as nos seus aspectos mais críticos, nomeadamente de mercado do produto (tecnologia, sazonalidade, variedades, qualidade, tratamento, armazenamento e embalagem) e de mercado de factores (mercado de trabalho, formação profissional, etc.) é outra das opções.

Para produtos com uma escala pequena e média de produção, limitada na região a uma área territorial, é fundamental uma estratégia de concentração comercial que se baseie em marcas regionais, nomeadamente a marca Alentejo, e deve basear-se na valorização dessas produções associando o seu consumo a actividades económicas de elevado potencial tais como a de prestação de serviços de restauração e turismo.

Para algumas produções tradicionais do Alentejo é fundamental ir mais longe e promover, simultaneamente, uma estratégia de concentração empresarial e comercial. Essa estratégia pode ser parcialmente aplicada a alguns produtos tradicionais que têm escalas de produção também reduzidas mas são produzidos em várias zonas de origem, de acordo com as características muito próprias e específicas, mesmo que se possam associar níveis de diferenciação posteriores (denominação territorial, como por exemplo se verifica no vinho, método de fabrico, como já sucede no azeite, ou outras).

Finalmente, para os produtos a que não é associada uma denominação local de origem, mas que constituem produtos tradicionais de qualidade é necessária adicionalmente uma estratégia de concentração da produção.

As características que diferenciam estas orientações nas diferentes áreas são apresentadas de seguida:

1ª Orientação	2ª Orientação
<ul style="list-style-type: none"> • Produtos produzidos com escalas agrícolas e agro-industriais de média e grande dimensão: <ul style="list-style-type: none"> – Arvenses e transformação de cereais e oleaginosas – Hortícolas, frescos e transformação – Vinha e olival e transformação de maiores quantidades – Pecuária extensiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Produtos produzidos com escalas agrícolas e agro-industriais de pequena e média dimensão, predominantemente: <ul style="list-style-type: none"> – Queijos tradicionais – Enchidos tradicionais provenientes de raças autóctones e cuja alimentação é típica dos sistemas pecuários extensivos – Azeite virgem e vinhos de topo de qualidade
<ul style="list-style-type: none"> • Procurar mercados fora da região • Competir em mercados exteriores à região 	<ul style="list-style-type: none"> • Procurar: <ul style="list-style-type: none"> – utilizar no mercado regional – complementar de estratégias regionais, por exemplo, o desenvolvimento do turismo
<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade baseada em controlo, traçabilidade, apresentação do produto características de cor, aspecto, homogeneidade, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade baseada nos aspectos territoriais, métodos biológicos, especificidades regionais (raças autóctones, castas, variedades, conservação, etc.), sistemas de produção extensivos, métodos de alimentação
<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologias mais ligadas à produção • Produtos com menor grau de transformação • Capacitação técnica de agricultores e de empresários 	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologias mais ligadas à transformação • Produtos com maior grau de transformação e valor acrescentado • Capacitação técnica de produtores e transformadores
<ul style="list-style-type: none"> • Política comercial de marca • Concentração comercial 	<ul style="list-style-type: none"> • Produtos valorizáveis pela certificação • Associação comercial
<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de informação e a sua aplicação: <ul style="list-style-type: none"> – Às tecnologias – Ao controlo de qualidade – À gestão de matéria-prima e de fornecedores – À logística 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de informação e a sua aplicação: <ul style="list-style-type: none"> – Aos organismos de controlo – A produtores, livros genealógicos, patentes, propriedade industrial • Apoio às associações de produtores e de empresários
<ul style="list-style-type: none"> • Condições para atrair grupos económicos: <ul style="list-style-type: none"> – Necessidade de médios e grandes investimentos – Parcerias técnicas e financeiras 	<ul style="list-style-type: none"> • Condições para valorizar o Know-how tradicional • <i>Upgrade</i> financeiro e comercial do produtor para transformador • Associações de pequenos empresários, nomeadamente, agrupamentos de produtores
<ul style="list-style-type: none"> • Agilizar os procedimentos administrativos de apoio ao investimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Agilizar licenciamentos e infraestruturas de pequena e média dimensão
<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar infraestruturas de investigação e desenvolvimento de factores de produção (selecção e melhoramento de sementes e plantas, melhoramento e replicação de sementes e plantas, sanidade vegetal, tecnologias de produção) • Inovação de produtos • Inovação de tecnologias • Mecanização de tecnologias de produção (colheitas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a inovação e desenvolvimento de produtos tradicionais • Actualização de tecnologias de transformação • Inovação de processos • Novos desenvolvimentos
<ul style="list-style-type: none"> • Informação ao consumidor • Boas práticas agrícolas 	

